



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

EDITAL DE LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS: AQUISIÇÃO DE BENS

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 12/2020

AMPLA CONCORRÊNCIA - ITENS: 01, 04, 07, 10, 12, 14, 17, 19, 21, 23, 24 e 26

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP ITENS: 03, 06, 09, 16, 18 - (LEI DISTRITAL Nº 4.611/2011)

COTA RESERVADA: 02, 05, 08, 11, 13, 15, 20, 22, 25 e 27 - VINCULADO AOS ITENS: 04, 07, 10, 12, 14, 19, 21, 24 e 26, Respectivamente. (LEI DISTRITAL Nº 4.611/2011)

O Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com o regulamentado pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024/2019 (Recepcionado no Distrito Federal por meio do Decreto nº 40.205/2019), Lei Distrital nº 5.575/2015, Decretos Distritais nº 25.966/2005, nº 26.851/2006, nº 33.598/2012, nº 35.592/2014, nº 39.103/2018 e alterações posteriores, Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017/MPOG, (recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 38.934/2018), subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, observando a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 4.611/2011 e Decreto Distrital nº 35.592/2014, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será conduzida por NATANAEL FÉLIX DOS SANTOS, matrícula nº 1.661.701-0 designado pela Portaria nº 63 de 17 de julho de 2019 e equipe de apoio, servidores: EDILENE DIAS CERQUEIRA, matrícula 1.661.533-6; GUSTAVO GATTO, matrícula 187.726-7; e VAGNER LUÍS NUNES LINS, matrícula 1661706-1 e será realizada por meio de Sistema Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br, de acordo com a indicação abaixo:

Processo SEI-GDF nº **00070-00007141/2019-11**

Tipo de licitação: **Menor Preço Unitário por Item**

Data de abertura: **27 DE AGOSTO DE 2020**

Horário: 10:00 h (horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: www.comprasgovernamentais.gov.br

Código UASG: **926523**

RECURSO: Sem previsão - SRP

Valor previsto para contratação: **R\$ 3.378.032,40 (três milhões, trezentos e setenta e oito mil trinta e dois reais e quarenta centavos).**

O Edital estará disponível gratuitamente no site eletrônico no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

1. DO OBJETO:

1.1. **Registro de Preços para a eventual aquisição de implementos agrícolas diversos** a fim de atender a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI-DF, de acordo com o detalhamento descrito no item 3, do Termo de Referência, Anexo I.

2. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS:

2.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço eletrônico pregoes@seagri.df.gov.br.

2.2. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

2.3. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br e vincularão os participantes e a administração.

2.4. Até três dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, pelo endereço: pregoes@seagri.df.gov.br.

2.4.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação, cujas respostas serão divulgadas pelo sistema eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br.

2.4.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo pregoeiro nos autos do processo.

2.4.3. Modificações no edital, no caso de acolhimento de impugnações ou esclarecimentos, serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

3. DA PARTICIPAÇÃO:

3.1. Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. Referente aos itens 01, 04, 07, 10, 12, 14, 17, 19, 21, 23, 24 e 26 - (AMPLA CONCORRÊNCIA):

3.1.1.1. Empresário individual ou sociedade empresária do ramo de atividade do objeto desta licitação, que atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

3.1.1.2. Para os itens destinados à ampla concorrência, as microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, art. 3º da referida Lei Complementar.

3.1.2. Referente aos itens: 03, 06, 09, 16, 18 - PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP.

3.1.2.1. Somente as microempresas ou empresas de pequeno porte, em cumprimento ao disposto no art. 7º do Decreto nº 35.592/2014, de 03/07/2014, que atenderem a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos.

3.2. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota exclusiva. (§ 2º do Art. 25 da Lei Distrital nº 4.611/2011)

3.3. Referente aos itens 02, 05, 08, 11, 13, 15, 20, 22, 25 e 27, (COTA RESERVADA VINCULADO AOS ITENS 01, 04, 07, 10, 12, 14, 19, 21, 24 e 26).

3.3.1. Somente as microempresas ou empresas de pequeno porte, em cumprimento ao disposto no art. 8º §1º inciso I do Decreto nº 35.592/2014, de 03/07/2014, que atenderem as exigências constantes deste edital e seus anexos.

3.3.2. As entidades preferenciais poderão participar de todos os itens, permanecendo para as cotas não reservadas os direitos de preferência e saneamento.

3.3.3. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral.

3.3.4. Não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá se adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.3.5. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada nessa condição.

3.4. Somente poderão participar desta licitação pessoa jurídica que esteja credenciada perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério da Economia (SLTI), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.5. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irrevogável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.6. Não poderão participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) Pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

a) Pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

b) Pessoa jurídica declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como a que esteja punida com SUSPENSÃO do direito de licitar ou contratar no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/1993.

c) Pessoa Jurídica IMPEDIDA de licitar e contratar com o Distrito Federal, de que trata o art. 7º da Lei 10.520/2002.

d) Pessoa jurídica estrangeira não autorizada a funcionar no País.

e) Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concordata, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão ou incorporação;

f) Consórcio de empresas qualquer que seja sua forma de constituição, pois não há complexidade no objeto e pessoas físicas não empresárias;

g) Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

h) agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

i) agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, conforme art. 8º do Decreto Distrital nº 32.751/2011, alterado pelo Decreto nº 37.843/2016.

j) Direta ou indiretamente, o agente público ou dirigente que integre a SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL ou pregoeiro e sua equipe de apoio, responsáveis pela licitação.

k) Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica, e do pregoeiro e de sua equipe de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

l) O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

m) Pessoa jurídica que utilize mão de obra infantil em qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço.

4. DO CREDENCIAMENTO:

4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se previamente no SICAF, por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL ser responsabilizada por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

4.5. Caberá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.6. A representação do licitante far-se-á por meio de instrumento particular (com reconhecimento de firma) e/ou público de procuração, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.7. Será dispensada o reconhecimento de firma no instrumento particular com a confrontação da assinatura com aquela constante do documento de identidade do signatário.

4.8. Caso reste dúvida quanto a veracidade do documento de procuração, ou do de identificação, o pregoeiro poderá requisitar outros meios de prova.

4.9. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.

4.10. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Após a divulgação do edital no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação** exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para abertura da sessão pública, **dispondo de prazo não inferior a 8 (oito) dias úteis** contado da publicação do aviso.

5.2. A proposta deverá conter:

5.2.1. O preço unitário e total para cada subitem que compõe o item cotado, especificados no quadro constante do item 15 do Anexo I deste Edital, bem como o valor global da proposta, expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste Pregão.

5.2.2. A descrição detalhada do Equipamento, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no www.comprasgovernamentais.gov.br, e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

5.3. Após a abertura da sessão pública não serão recebidas novas propostas e documentos de habilitação.

5.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem devidamente regularizados no SICAF.

5.5. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigidas neste edital.

5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos legais para a qualificação e que está apta a usufruir do tratamento favorecido, nas condições do Estatuto Nacional da ME e da EPP, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no § 4º do referido artigo, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

5.7. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

5.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.9. A proposta e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante nos termos do item 5.1 não serão utilizados para fins de ordem de classificação, que somente será definida na fase de lances.

5.10. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da fase de lance.

5.11. Documentos complementares serão solicitados nos termos do capítulo XI deste edital.

5.12. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

5.13. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.

5.14. A validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da sua apresentação.

5.15. Qualquer declaração falsa apresentada sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.

5.16. A licitante deverá obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital e seus Anexos. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

5.17. Qualquer elemento que possa identificar à licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

5.18. Depois da abertura da sessão não serão admitidas alterações nas propostas

apresentadas, ressalvadas apenas a redução do preço proposto e aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

6. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1. A validade do Registro de Preços será de até 12 (doze) meses. O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação no DODF, para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário até o segundo dia útil após a convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.
- 6.2. A convocação se dará por meio do Sistema Eletrônico de Informação - Sei-GDF, conforme item 6.1.
- 6.3. O não atendimento da convocação para assinar a Ata, sem motivo devidamente justificado e aceito, faz incidir as sanções cabíveis na espécie, conforme regulado na legislação pertinente.
- 6.4. O sistema de registro de preços não obriga a contratação, podendo a Administração demandar os serviços de acordo com suas necessidades.
- 6.5. O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no DODF, não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.
- 6.6. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital.
- 6.7. Durante o prazo de validade do registro de preços a SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL não ficará obrigado a contratar o objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de contratação quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.
- 6.8. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro quando a SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL optar pela aquisição por meio legalmente permitido e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.
- 6.19. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados, sendo considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL.
- 6.20. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior.
- 6.21. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o gerenciador da Ata deverá convocar os demais fornecedores, caso haja.
- 6.22. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá o cancelamento da Ata.

7. DO PREÇO

- 7.1. O preço deverá ser fixo, equivalente ou inferior ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.
- 7.2. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à execução do objeto desta licitação.
- 7.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados no interstício anual de vigência do registro, admitida a revisão nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.
- 7.4. No pregão na forma eletrônica realizado para o sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para a contratação, respeitada a ordem de classificação, poderão ser convocados tantos licitantes quantos forem necessários para alcançar o total estimado, observado o preço da proposta vencedora.
- 7.5. Em razão da indivisibilidade dos itens dos bens, o mínimo proposto deverá ser o total descrito no item 15 do Anexo I, Termo de Referência.

8. DO CADASTRO RESERVA

- 8.1. Serão registrados na respectiva Ata os preços e quantitativos dos licitantes que aceitarem cotar o(s) objeto(s) com preços iguais ao do licitante vencedor, na sequência da classificação deste pregão eletrônico, para formação de cadastro de reserva, conforme art. 11, § 1º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018.
- 8.2. A convocação para a manifestação para compor o cadastro reserva ocorrerá por meio do portal www.comprasgovernamentais.gov.br, em momento anterior à homologação da licitação.
- 8.3. As empresas interessadas deverão se manifestar em campo próprio do sistema.
- 8.4. A não manifestação no sistema, ou mesmo manifestações fora do campo próprio do portal www.comprasgovernamentais.gov.br, implicará na não participação no cadastro reserva.
- 8.5. Confirmada a participação no cadastro reserva, as cadastradas enviarão a proposta ajustada ao valor do vencedor, e os documentos de habilitação, quando forem convocadas para fornecer o objeto registrado.
- 8.6. Quando das contratações decorrentes do registro de preços deverá ser respeitada a ordem de classificação das empresas constantes da Ata.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. No dia e horário, indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão,

conduzida pelo Pregoeiro.

9.2. Durante a sessão, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

9.3. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

9.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo qualquer responsabilidade do provedor do sistema ou da SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

10.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

10.4. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

11. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. Iniciada à fase competitiva, as licitantes que tiveram suas propostas classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão imediatamente informadas do recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.

11.2. A licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto (dependendo do caso concreto) ao último por ela ofertado e registrado no sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

11.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.

11.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele recebido e registrado primeiro.

11.5. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo de disputa **ABERTO**.

11.6. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento (menor preço).

11.7. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.8. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

11.9. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 11.8, a sessão será encerrada automaticamente.

11.10. Encerrada a sessão pública sem a prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances para alcançar melhor preço, devidamente justificado.

11.11. Para o envio de lances no modo de disputa aberto, o intervalo mínimo de diferença de percentual entre os lances será de 2%, tanto para lances intermediários quanto para cobrir a melhor oferta.

11.12. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

11.13. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.14. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

11.15. Após a etapa de envio de lances, haverá aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, dando-se preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte. (Art. 36 do Decreto nº 10.024).

11.16. Ultrapassada a fase de lances, e exclusivamente para os itens destinados à ampla concorrência, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta dessas entidades na situação de empate, assim considerada(s) aquela(s) que seja(m) iguais ou até 5% (cinco por cento) superior(es) à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, e, se atendidas as exigências deste edital, será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

II - Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que porventura se enquadrem na condição de empate, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

III - A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

IV - Não poderá se beneficiar do tratamento favorecido e diferenciado previstos em Lei, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representante no País, de pessoa jurídica com sede no

exterior;

- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento favorecido e diferenciado nos termos desta Lei, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo; que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- g) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- h) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- i) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- j) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

11.17. Na hipótese de não contratação nos termos previstos no item anterior, proceder-se-á, em igualdade de condições, como critério de desempate a preferência sucessiva aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras.
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

11.18. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro DEVERÁ encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais licitantes.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

13.1. Encerrada a etapa de negociação, de que trata o Capítulo IX, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado neste edital, e verificará a habilitação do licitante.

13.2. O pregoeiro solicitará ao licitante classificado em primeiro lugar o envio da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, no prazo mínimo de 02 (duas) horas, contados da solicitação, juntamente com os documentos complementares e comprovações solicitadas em anexo, se necessário, todos encaminhados via sistema eletrônico.

13.3. **A proposta inserida no sistema nos termos do item 13.2 deverá:**

13.3.1. Ser impressa em língua oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, conter nome da proponente, endereço completo, telefone, número do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal;

13.3.2. O valor unitário e total para cada item cotado, em moeda nacional, já considerados e inclusos todos os custos necessários, tais como: BDI e encargos sociais, impostos, taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, para execução no local indicado neste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

13.3.3. As especificações dos bens de forma a demonstrar que atendem as exigidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital, e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no www.comprasgovernamentais.gov.br e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas;

13.3.4. O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação;

13.4. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.

13.5. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

13.6. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço unitário por item, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

13.7. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores da **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL**, ainda, de outros órgãos ou entidades, a fim de subsidiar sua decisão.

13.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar erros, falhas ou subsidiar decisões, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de

antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

13.9. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, ainda que estejam abaixo do valor de referência contido neste edital, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.10. Será desclassificada a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada, não tenha demonstrado a exequibilidade do preço ofertado, que poderá, também, ser precedido dos seguintes procedimentos:

13.10.1. Solicitação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecuibilidade;

13.10.2. Apresentação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho; Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;

13.10.3. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares; Pesquisas junto aos órgãos públicos ou empresas privadas;

13.10.4. verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

13.10.5. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

13.10.6. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

13.10.7. levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;

13.10.8. estudos setoriais;

13.10.9. consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal; e

13.10.10. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

13.11. Será desclassificada a proposta que contenha preço excessivo, assim considerado aquele que for superior ao valor unitário e global estimado pela Administração para cada item ofertado.

14. DA HABILITAÇÃO

14.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:

14.11.1. Comprovação da Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade do responsável legal pela pessoa jurídica.
- b) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.11.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e, também, de Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal ou do Distrito Federal da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site www.fazenda.df.gov.br.
- e) Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- f) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

14.11.3. Qualificação Técnica:

- a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando que a licitante entregou equipamentos compatível com o objeto desta licitação, conforme item 3 do Anexo I, Termo de Referência.

14.11.4. Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão Negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

I - As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

II - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}
 \end{aligned}$$

III - As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado - que deverá recair sobre o montante dos itens (ou lotes) que pretenda concorrer - constante do Anexo I.

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis interiores e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- c) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;
- d) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo V, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita na alínea "c" acima, observados os seguintes requisitos:
- e) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- f) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

14.11.5. Declaração, em campo próprio no sistema, atestando que:

- a) Sob as penas da Lei, que não ultrapassou o limite de faturamento e que cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da LC nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da referida Lei, para Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa.
- b) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- c) Sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- d) Para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.
- e) A proposta apresentada para esta licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- f) Não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- g) Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se APLICADO AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- h) Sob as penas da lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.
- i) Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:
- j) Atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 **(ANEXO IV)**;
- k) Para fins do disposto no Decreto nº 39.860/2019, que dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação. **(ANEXO III)**.

15. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 15.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 15.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados nos termos do item 5.1.
- 15.3. É assegurada à licitante que esteja com algum documento vencido, ou não inserido no SICAF, o direito de encaminhar esta documentação em plena validade, juntamente com os não contemplados e previsto neste Edital, que deverá ser juntado ao sistema com a proposta, conforme estipulado no item 13.2.
- 15.4. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou com cadastro desatualizado, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços

conforme previsto no item 13.2.

15.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação.

15.6. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo pregoeiro, condicionado ao estipulado no item 15.5.

15.7. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

15.8. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista com alguma restrição, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação. (§ 1º do Art. 43 da LC nº 123, alterado pela LC nº 155/2016).

15.9. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.10. Os documentos necessários para a habilitação, envidados conforme item 5.1, poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

15.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, inicialmente em tradução livre.

15.12. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o item 15.11, serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas. (Único Art. 41, Decreto nº 10.024/2019)

15.13. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

15.14. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

15.15. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

15.16. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

15.17. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira, referentes ao balanço patrimonial, e qualificação técnica.

15.18. O pregoeiro poderá, na fase de julgamento, promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

15.19. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

15.20. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

15.21. Será declarada a vencedora da licitação a licitante que apresentar o **Menor Preço Unitário por Item** e atender a todas as exigências do edital.

15.22. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrado em ata e acessível aos licitantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.23. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas a sanar erros, falhas ou subsidiar decisões, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

16. DO TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS

16.1. DA COTA RESERVADA:

16.1.1. Em conformidade com o Art. 23. da Lei 4.611/2011 será dado tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais nas licitações de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

16.1.2. Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, passando a ter dois subitens, na forma do item 8 do Anexo I, Termo de Referência.

16.2. DA EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

16.2.1. A presente licitação é exclusiva para as Entidade Preferenciais em razão do valor estimado de acordo com a Lei complementar Federal nº 123/2006.

16.2.2. Para as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação neste certame licitatório na condição de preferencial, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

16.2.3. Nas licitações públicas, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte, somente será exigido para efeito de contrato.

16.2.4. Conforme art. 43 da Lei Complementar 123/2006, que teve sua redação alterada recentemente pela Lei Complementar nº 147/2014, havendo alguma restrição na comprovação da

regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5, (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

16.2.5. A não regularização da documentação da regularidade fiscal e trabalhista no prazo de 5 (cinco) dias úteis, previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.2.6. Será inabilitada a participante que não se enquadrar na condição de entidade preferencial, conforme exigência expressa da Lei Distrital nº 4.611/2011, art. 25, § 1º.

17. DO RECURSO:

17.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes,

17.3. desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

17.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

17.5. O recurso não acolhido pelo pregoeiro será apreciado e decidido pela autoridade superior.

17.6. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.7. Os autos do processo ficarão armazenados no Sistema Eletrônico de Informação - SEI-GDF, e poderão ter vistas franqueadas aos interessados mediante solicitação encaminhada via sistema compras governamentais, ou pelo e-mail, pregoes@seagri.df.gov.br.

17.8. Para acesso aos autos via Sei-GDF, o interessado poderá ser cadastrado no sistema na condição de usuário externo, solicitado por meio do portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>), ou receber a documentação digitalizada via e-mail ou por dispositivo de memória externa fornecido pelo interessado na Seção de Procedimentos Licitatórios, localizada no **Parque Estação Biológica, Almacarifado da SEAGRI/DF, Asa Norte, CEP: 70.770-914, Brasília – DF em horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30.**

18. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

18.1. Na ausência de recursos o pregoeiro adjudicará o objeto e encaminhará os autos do processo, devidamente instruídos, ao Subsecretário de Administração Geral, e proporá a homologação.

18.2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Subsecretário de Administração Geral, adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

18.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por item, à licitante vencedora.

19. DO CONTRATO:

19.1. O contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, permitido sua prorrogação na forma da lei, de acordo com o item 27 do Termo de Referência a contar da data de sua assinatura, persistindo as obrigações decorrentes da garantia, quando houver, sendo seu extrato publicado no DODF.

19.2. Incumbirá à contratante providenciar a publicação resumida do instrumento do contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial do Distrito Federal.

19.3. A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, sob pena de recair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei.

19.4. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste edital, que deverão ser mantidas pelo contratado durante a vigência contratual.

19.5. A empresa vencedora deverá providenciar o cadastro de usuário externo no Sistema Eletrônico de Informação, solicitado por meio do portal SEI-GDF (<http://www.portalsei.df.gov.br/usuario-externo/>), para fins de assinatura do contrato e/ou outros documentos.

19.6. O prazo para assinatura do contrato será de até 3 (três) dias úteis contados a partir da disponibilização do documento para acesso externo via SEI-GDF, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

19.7. O contrato se subordina ao Termo de Contrato Padrão Nº 07/2002, em conformidade com o Decreto 23.287, de 17/10/2002, do Distrito Federal que segue como Anexo VI deste Edital.

19.8. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei nº 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

19.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções legais. (§2º do Art. 48, Decreto nº 10.024/2019)

19.10. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.

19.11. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

19.12. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.

19.13. Constituem motivo para rescisão do contrato a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato.

19.14. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes.

19.15. O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

19.16. Constitui motivos para rescisão de contrato qualquer ato praticado pela contratada de conteúdo:

- a) discriminatório contra a mulher;
- b) que incentive a violência contra a mulher; que exponha a mulher a constrangimento; homofóbico;
- c) que represente qualquer tipo de discriminação.

19.17. Farão parte integrante do contrato, este Edital e seus anexos e a proposta apresentada pela licitante vencedora.

19.18. O contrato poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no Art. 65 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, desde que previamente justificado nos autos.

19.19. Será exigida a apresentação pelos licitantes da declaração constante no Anexo Único da Portaria CGDF n. 356/2019, conforme Anexo III deste Edital.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

20.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

20.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;

20.5. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços, assim como de efetivo pagamento dos respectivos trabalhos (no caso de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra);

20.6. O não atendimento das determinações constantes da Lei nº 5.087/2013 implica a abertura de processo administrativo para rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública. (Lei Distrital nº 5.087/2013)

20.7. Constitui obrigação da contratada o disposto no Termo de Referência (Anexo I) do presente edital.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e art. 41, inciso II e § 3º do Dec. 32.598/2010.

21.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

21.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

21.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

21.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

22. DO RECEBIMENTO:

22.1. O objeto desta licitação será recebido por servidor, ou comissão nos casos de contratações com valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), designado(a) pela autoridade competente, mediante recibo, da seguinte forma:

- a) Provisoriamente no ato da entrega do(s) produto(s), para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação; e
- b) Definitivamente em até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da sua conformidade com as especificações e requisitos contidos na proposta e previstos neste edital e consequente aceitação.

22.2. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

22.3. Se a licitante vencedora deixar de executar os serviços, dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

23. DO PAGAMENTO:

23.1. Para efeito de pagamento, a SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

- a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido

pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

- c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

23.2. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

23.3. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

23.4. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento pela Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA/IBGE.

23.5. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

23.6. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte: A multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

23.7. Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

23.8. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto n.º 32.767 de 17/02/2011, e alterações posteriores.

23.9. Ficam excluídas desta regra:

a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

a) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

b) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

23.10. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012.

23.11. A retenção dos tributos não será efetivada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES.

23.12. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

23.13. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

23.14. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

24. DAS SANÇÕES:

24.1. De acordo com o estabelecido no Decreto DF nº 26.851, de 30/05/2006, e alterações posteriores (Anexo VII).

25. DISPOSIÇÕES FINAIS:

25.1. **A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL** poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.2. A anulação do pregão induz à do contrato, e respectivamente a anulação da Ata de Registro de Preços.

25.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

25.4. Será realizada pesquisa prévia junto aos Portais na Internet de governos (SICAF - Sistema de Cadastramento de Fornecedores, Secretaria de Transparência e Controle – STC/GDF e Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCDF - <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>) para aferir a existência de algum registro impeditivo ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

25.5. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

25.6. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de

janeiro de 1999. (Art. 47 do Decreto nº 10.024/2019)

25.7. A critério do Pregoeiro poderá ser prorrogado o prazo estabelecido de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação no Sistema Eletrônico, para envio da proposta e documentação em arquivo único, por meio da opção "Enviar Anexo" do Sistema Compras governamentais.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SEAGRI/DF.

25.9. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

25.10. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (§2º Art. 2º, Decreto nº 10.024/2019)

25.11. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, previamente justificadas pela **SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL**, acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei nº 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º).

25.12. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da SEAGRI/DF, cujos avisos serão amplamente divulgados pelos mesmos meios de publicação da abertura.

25.13. As súmulas dos contratos e dos aditivos pertinentes a obras, compras, serviços, alienações e locações celebrados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares devem ser publicadas no Portal da Transparência de que trata a Lei nº 4.490, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital nº 5.575 de 18.12.2015).

25.14. A determinação prevista neste item visa conferir publicidade às contratações realizadas pelo Poder Público.

25.15. Das súmulas dos contratos de que trata este item devem constar informações referentes ao valor, ao objeto, à finalidade, à duração e ao prazo de vigência do contrato, bem como o nome ou a razão social do fornecedor do produto, da obra ou do serviço.

25.16. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação.

25.17. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio do Telefone: (61) 3051-6300 Ramais: 6396 E 6397

25.18. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

25.19. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo de Declaração de Sustentabilidade (Lei Distrital nº 4.770/2012);

ANEXO III - Declaração para fins do Decreto nº 39.860/2019 - Dispõe sobre a proibição de participação, direta ou indiretamente, de licitação, contratação, execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários agentes públicos de órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta do Poder Executivo do Distrito Federal contratante ou responsável pela licitação;

ANEXO IV - Declaração de cumprimento dos requisitos do edital;

ANEXO V - Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública;

ANEXO VI - Minuta de Contrato.

ANEXO VII - Decreto DF nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

Brasília, 11 de agosto de 2020.

Natanael Félix dos Santos
Gerente de Licitações

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL
DO DISTRITO FEDERAL
Gerência de Compras

Termo de Referência - SEAGRI/SUAG/DILOG/GECOMP

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para a eventual aquisição de implementos agrícolas diversos a fim de atender a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - SEAGRI, no desenvolvimento de um universo de atividades voltadas para o homem do campo, executa e planeja compras durante todo o ano, dentre essas compras, a de implementos agrícolas utilizados para atender as necessidades de quem trabalha no campo com serviços de aragem, gradagem, etc.

2.2. No intuito de atender aos produtores rurais do Distrito Federal, tem sido política da SEAGRI a montagem de patrulhas agrícolas mecanizadas através da compra de tratores e implementos agrícolas tratorizados como: arados, grades aradoras, roçadeiras, rotocanteiradores, carretas, etc que são colocados à disposição das associações de produtores rurais através de chamamento público.

2.3. Apenas no exercício de 2018 e o primeiro semestre de 2019, utilizando a Ata de Registro de Preços Nº 001/2018-SEAGRI/DF e recursos oriundos de emendas parlamentares e convênios o histórico de aquisições de implementos agrícolas pela SEAGRI foi de **89 implementos agrícolas**, tendo sido investidos R\$ **893.601,87(oitocentos e noventa e três mil seiscientos e um reais e oitenta e sete centavos)**, conforme a planilha abaixo:

EMENDAS PARLAMENTARES / CONVÊNIO									
Descrição	Emenda 285 – PL 1744/2017 – Dep. Chico Vigilante	Contrato de Repasse 844.135/2017	Convênio nº 833.391/2016	Convênio nº 846.833/2017	FDR – SOCIAL	Convênio nº 840.951/2016	Convênio nº 808.705/2014	Convênio nº 841.544/2016	TOTAL
ARADO REVERSÍVEL	Quant.	01	01	01	03	-	05	-	-
	Processo	00070-00014875/2018-75	00070-00016865/2018-74	0070-001673/2016	00070-00016428/2018-51	-	00070-00016265/2018-14	-	-
ARADO SUBSOLADOR	Quant.	01	-	-	-	03	-	-	-
	Processo	00070-00014875/2018-75	-	-	-	00070-00016100/2018-34	-	-	-
CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR	Quant.	01	01	01	03	-	05	-	-
	Processo	00070-00014875/2018-75	00070-00016865/2018-74	0070-001673/2016	00070-00016428/2018-51	-	00070-00016265/2018-14	-	-
CARRETA PARA MICROTRATOR	Quant.	-	-	-	-	11	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00014714/2018-81	-	-	-
CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA	Quant.	-	-	-	-	-	01	-	-
	Processo	-	-	-	-	-	00070-00004141/2019-69	-	-
DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS	Quant.	01	-	-	-	-	05	-	-
	Processo	00070-00014875/2018-75	-	-	-	-	00070-00016264/2018-61	-	-
GRADE ARADORA de 10 discos	Quant.	-	-	-	-	02	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00015269/2018-77	-	-	-
GRADE ARADORA de 14 discos	Quant.	01	-	-	03	01	05	-	-
	Processo	00070-00014875/2018-75	-	-	00070-00016600/2018-76	00070-00016100/2018-34	00070-00016822/2018-99	-	-
MÁQUINA APLICADORA DE MULCHING E MANGUEIRA DE GOTEJAMENTO	Quant.	-	-	-	-	01	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00016108/2018-09	-	-	-
PERFURADOR DE SOLO	Quant.	-	-	-	-	02	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00016100/2018-34	-	-	-
PLANTADEIRA ADUBADEIRA HIDRÁULICA	Quant.	-	-	-	-	02	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00016107/2018-56	-	-	-
PULVERIZADOR HIDRÁULICO DE BARRAS	Quant.	-	-	-	-	02	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00016100/2018-34	-	-	-
ROÇADEIRA TIPO FRONTAL	Quant.	-	-	-	-	10	-	-	-
	Processo	-	-	-	-	00070-00014714/2018-81	-	-	-
ROTOCANTEIRADOR	Quant.	01	01	01	03	-	05	-	-
	Processo	00070-00014875/2018-75	00070-00016865/2018-74	0070-001673/2016	00070-00016428/2018-51	-	00070-00016265/2018-14	-	-
TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL	Quant.	01	-	-	-	01	-	-	03
	Processo	00070-00014875/2018-75	-	-	-	00070-00016102/2018-23	-	-	00070-00016413/2018-92
TOTAL									89

2.4. Tal política de descentralização de máquinas e implementos agrícolas tem tornado possível o atendimento de um maior número de produtores e uma melhor execução dos serviços, tanto em qualidade quanto tempestividade, com ganhos de produtividade, possibilitando a redução da

dependência desses produtores para com o Estado, garantindo não só a auto sustentação alimentar, como também a geração de excedentes para comercialização.

2.5. Além de um melhor uso e gestão das máquinas e equipamentos pelas associações, o modelo de gestão descentralizada também poupa gastos à administração pública no que concerne a gastos com manutenção dos equipamentos e com pessoal para operá-los, visto que tais despesas passam a ser de responsabilidade dos convenentes.

2.6. Para manter essa política de acesso a mecanização agrícola aos pequenos produtores rurais e assentado da reforma agrária, a SEAGRI tem se valido quase que exclusivamente de recursos provenientes de emendas parlamentares distritais e federais, bem como de convênios e contratos de repasse. Tais fontes de recurso em virtude de trâmites burocráticos demorados e outras contingências podem ter sua liberação atrasada ou postergada, o que torna inviável a aquisição dos equipamentos num único momento. Além disso, algumas fontes de recursos, como as emendas parlamentares, têm vigência anual, por isso têm de ser executadas durante o exercício financeiro. E muitas vezes a demora nos trâmites processuais não raro excede o período de vigência das emendas, principalmente quando os recursos são liberados a partir do segundo semestre.

2.7. A inexecução de emendas e convênios pela demora nos processos licitatórios pode comprometer as poucas fontes de investimento de que dispõem a SEAGRI, gerando grandes prejuízos não só para a administração pública como também para seu público alvo.

2.8. Atualmente a SEAGRI conta com 11 convênios cujos Planos de Trabalho contemplam a aquisição de implementos agrícolas (29351348), além de já ter sido licitada a Ata de Registro de Preços 001/2020 (42587089), referente à aquisição de tratores agrícolas, também voltados à formação de patrulhas agrícolas que demandam a aquisição de implementos para se tornarem plenamente funcionais.

2.9. Assim sendo, o Registro de Preços é a maneira mais eficiente e adequada para a aquisição desses bens, pois possibilitará uma racionalização na programação de aquisições, executando de maneira mais rápida e efetiva as emendas e convênios firmados e a serem formalizados, assim como ampliar a busca por mais recursos nas esferas Federal e Distrital e a sua aplicação, proporcionando ganhos de tempo e eficiência à Administração.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo orientar a aquisição de implementos agrícolas, com as características e especificações técnicas mínimas que se seguem abaixo:

- **Item 01 - (Cota Principal) ARADO REVERSÍVEL**Características Técnicas Mínimas: Hidráulico a três pontos, com 3 discos de 28 polegadas, sistema de reversão hidráulico com pistão, compatível com trator de potência de 75 CV;
- **Item 02 - (Cota Reservada) ARADO REVERSÍVEL**Características Técnicas Mínimas: Hidráulico a três pontos, com 3 discos de 28 polegadas, sistema de reversão hidráulico com pistão, compatível com trator de potência de 75 CV;
- **Item 03 - (Exclusivo para entidades preferenciais - ME/EPP) ARADO SUBSOLADOR** Tipo: Hidráulico, Características Mínimas: Mínimo de 5 hastes, haste subsoladora, dispositivo de segurança, pino fusível que se rompe em condições de sobrecarga na haste, dimensões mínimas de trabalho de 1240 mm de largura e 400 mm de profundidade, compatível com trator de potência de 75 CV;
- **Item 04 - (Cota Principal) CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR**hassi com estrutura reforçada em aço, carroceria em madeira de lei tratada, com sobregrades, dois eixos e 4 rodas, 4 pneus novos, com capacidade de carga mínima de 4 toneladas, rótula de engate com articulação em todos os sentidos, laterais e traseira rebatíveis por dobradiças reforçadas, acabamento em pintura de esmalte sintético, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 05 - (Cota Reservada) CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR**hassi com estrutura reforçada em aço, carroceria em madeira de lei tratada, com sobregrades, dois eixos e 4 rodas, 4 pneus novos, com capacidade de carga mínima de 4 toneladas, rótula de engate com articulação em todos os sentidos, laterais e traseira rebatíveis por dobradiças reforçadas, acabamento em pintura de esmalte sintético, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 06 - (Exclusivo para entidades preferenciais - ME/EPP) CARRETA PARA MICROTRATOR** Tipo: Fixa basculante Compatível com micro trator de no mínimo 14 CV, eixo com duas rodas e pneus novos, carroceria em madeira, pedal de freio mecânico, capacidade de carga mínima de 1000 Kg;
- **Item 07 - (Cota Principal) CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA**acionada por tomada de potência (TDP) do trator; tanque cilíndrico ou elíptico, capacidade entre 4.000 a 5.100 litros, horizontal, em aço carbono, acabamento interno em epóxi, e externo em esmalte sintético veicular, tampa de inspeção na parte superior com diâmetro mínimo de 380 mm, abertura total na parte traseira, para inspeção e limpeza, quebra ondas; chassi de arrasto, cabeçalho dotado de suporte estático regulável na altura, 02 (dois) eixos em tandem e 04 (quatro) rodas, 04 pneus novos; tanque com escada de acesso externo, visor do nível da água, bomba centrífuga de alta vazão, produção mínima de 32 m³/hora e pressão mínima de 75 mca, bico traseiro de dispersão para distribuição do produto em leque (tipo 'rabo de pavão') e largura mínima de aplicação de 15 metros, barra irrigadora instalada na parte inferior traseira do equipamento com descarga por gravidade e acionamento na cabine ou plataforma do trator, kit de combate a incêndio montado em plataforma superior do tanque, de alcance mínimo de 24 metros de distância, com mangueiras e conexões instaladas, equipamento pronto para uso, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 08 - (Cota Reservada) CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA**acionada por tomada de potência (TDP) do trator; tanque cilíndrico ou elíptico, capacidade entre 4.000 a 5.100 litros, horizontal, em aço carbono, acabamento interno em epóxi, e externo em esmalte sintético veicular, tampa de inspeção na parte superior com diâmetro mínimo de 380 mm, abertura total na parte traseira, para inspeção e limpeza, quebra ondas; chassi de arrasto, cabeçalho dotado de suporte estático regulável na altura, 02 (dois) eixos em tandem e 04 (quatro) rodas, 04 pneus novos; tanque com escada de acesso externo, visor do nível da água, bomba centrífuga de alta vazão, produção mínima de 32 m³/hora e pressão mínima de 75 mca, bico traseiro de dispersão para distribuição do produto em leque (tipo 'rabo de pavão') e largura mínima de aplicação de 15 metros, barra irrigadora instalada na parte inferior traseira do equipamento com descarga por gravidade e acionamento na cabine ou plataforma do trator, kit de combate a incêndio montado em plataforma superior do tanque, de alcance mínimo de 24 metros de distância, com

mangueiras e conexões instaladas, equipamento pronto para uso, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;

- **Item 09 - (Exclusivo para entidades preferenciais - ME/EPP) COLHEDORA DE FORRAGENS** hidráulica, a três pontos, acionada por TDP, apta a colher em linha, como milho, cana e capins elefantes, bica móvel direcional com sistema quebra jato, mínimo de 08 facas de corte, produção mínima por hora: 15.000 Kg/h de forragens, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 10 - (Cota Principal) DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS** arrasto, 01 eixo e duas rodas, com pneus novos, acionamento por meio de TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, sistema de distribuição com esteira central em aço, com largura mínima de 800 mm, e dois discos centrífugos, faixa de aplicação mínima de 8 metros, capacidade de carga mínima de 2.500 Kg, sistema graduado de regulagens de aplicação, com bom desempenho para pós químicos e granulados, além de adubos orgânicos secos e alguns tipos de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 11 - (Cota Reservada) DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS** arrasto, 01 eixo e duas rodas, com pneus novos, acionamento por meio de TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, sistema de distribuição com esteira central em aço, com largura mínima de 800 mm, e dois discos centrífugos, faixa de aplicação mínima de 8 metros, capacidade de carga mínima de 2.500 Kg, sistema graduado de regulagens de aplicação, com bom desempenho para pós químicos e granulados, além de adubos orgânicos secos e alguns tipos de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 12 - (Cota Principal) GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO** com 14 discos de 26 polegadas de diâmetro e 06 mm de espessura mínima, mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo, ou a graxa, espaçamento mínimo entre os discos de 230 mm, controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas, largura de corte mínima de 1500 mm, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 13 - (Cota Reservada) GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO** com 14 discos de 26 polegadas de diâmetro e 06 mm de espessura mínima, mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo, ou a graxa, espaçamento mínimo entre os discos de 230 mm, controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas, largura de corte mínima de 1500 mm, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 14 - (Cota Principal) GRADE NIVELADORA** Características Mínimas: 28 discos de 20 polegadas de diâmetro e mínimo de 3,5 mm de espessura, espaçamento entre discos de 170 mm, mancais com rolamento a graxa, pneus agrícolas novos para transporte, compatível com trator de potência de 75 CV;
- **Item 15 - (Cota Reservada) GRADE NIVELADORA** Características Mínimas: 28 discos de 20 polegadas de diâmetro e mínimo de 3,5 mm de espessura, espaçamento entre discos de 170 mm, mancais com rolamento a graxa, pneus agrícolas novos para transporte, compatível com trator de potência de 75 CV;
- **Item 16 - (Exclusivo para entidades preferenciais - ME/EPP) PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA** com acionamento hidráulico, capacidade de levantar de até 500kg, compatível com trator de 75 cv;
- **Item 17 - PLANTADEIRA / ADUBADEIRA HIDRÁULICA** mínimo de 05 linhas, plantio direto e convencional, sistema de operação e transporte hidráulico, a três pontos, chassi com duas rodas e pneus novos, distribuição de sementes e de adubo acionados pelas rodas, largura útil mínima de 1900 mm, espaçamento entre linhas de 400 a 450 mm, caixas para adubo e sementes em polietileno, disco de corte da palha com diâmetro mínimo de 16", sistema de aplicação de adubo com discos duplos desencontrados, com haste sulcadora afastada, dosador de adubo com rosca sem fim, kit de discos para sementes graúdas, como feijão, milho e soja, rodas de controle de profundidade metálicas, com banda de borracha, sistema de flutuação das linhas de plantio, tipo pula -obstáculo, calibragens precisas, com trocas manuais de engrenagens de adubo e sementes, eixo longitudinal para distribuição de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV;
- **Item 18 - (Exclusivo para entidades preferenciais - ME/EPP) PLANTADEIRA DE MANDIOCA** hidráulica, a três pontos, dotada das operações de sulcamento, adubação, corte e plantio das manivas, com depósito de ramas com capacidade mínima de 1,0 m³, plataforma traseira com bancos com encosto, duas linhas de plantio, espaçamento entre linhas com ajuste variando entre 0,80 e 1,20 m, depósito para adubo em polietileno com capacidade mínima de 150 kg, sistema de corte de ramas ajustável nos comprimentos de 13,5 a 18 cm, sistema de distribuição de adubo e manivas por meio das duas rodas e pneus de apoio, rendimento médio de plantio de 5 a 7 ha/dia, compatível com tratores de potência mínima de 60 CV;
- **Item 19 - (Cota Principal) ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL** três pontos, acionada pela TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, embreagem com sistema de segurança à fricção, com giro livre incorporado, faixas de trabalho com funcionamento centralizado e deslocado (central e lateral), roda guia traseira e patins laterais, ambos com regulagens de profundidade, facas com sistema de trabalho livre, articuladas e com duplo corte, estrutura em chapas de aço tipo caixa, superfície inferior lisa, para evitar acúmulo de detritos, protetor traseiro contra lançamento de objetos, faixa de corte mínima de 1.700 mm, compatível com tratores de potência mínima de 65 CV;
- **Item 20 - (Cota Reservada) ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL** três pontos, acionada pela TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, embreagem com sistema de segurança à fricção, com giro livre incorporado, faixas de trabalho com funcionamento centralizado e deslocado (central e lateral), roda guia traseira e patins laterais, ambos com regulagens de profundidade, facas com sistema de trabalho livre, articuladas e com duplo corte, estrutura em chapas de aço tipo caixa, superfície inferior lisa, para evitar acúmulo de detritos, protetor traseiro contra lançamento de objetos, faixa de corte mínima de 1.700 mm, compatível com tratores de potência mínima de 65 CV;
- **Item 21 - (Cota Principal) ROTOCANTEIRADOR** tipo: Hidráulico, Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura, 1.100 mm de topo e 1250 mm de base, Características Técnicas Mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com trator de 55 CV;
- **Item 22 - (Cota Reservada) ROTOCANTEIRADOR** tipo: Hidráulico, Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura, 1.100 mm de topo e 1250 mm de base, Características Técnicas Mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três

pontos, acionado pela TDP, compatível com trator de 55 CV;

- **Item 23 - TERRACEADOR DE ARRASTO** controle remoto, **16 discos** de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.000mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 100 CV;
- **Item 24 - (Cota Principal) TERRACEADOR DE ARRASTO**, controle remoto, **18 discos** de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.400mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 118 CV;
- **Item 25 - (Cota Reservada) TERRACEADOR DE ARRASTO** controle remoto, **18 discos** de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.400mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 118 CV;
- **Item 26 - (Cota Principal) TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL** Estrutura em chapa de aço reforçado, hidráulico, a três pontos, acionado pela TDP, transmissão em banho de óleo, rotor horizontal acionado por correias de transmissão, de giro livre, facas ou martelos desencontrados, fabricados em aço temperado de alta resistência, regulador de altura de trabalho por meio de sapatas laterais, limitador de profundidade com duas rodas de ferro ou rolo cilíndrico horizontal de ferro, defletores pendulares frontais de segurança, para evitar o lançamento de objetos, cilindro e mangueiras hidráulicas para deslocamentos laterais, com dispositivos que evitem embuchamento do equipamento, distribuição uniforme da massa produzida, acoplamento da torre que permita trabalhar em terrenos com ondulações, largura mínima de corte: 1,75 m, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV.
- **Item 27 - (Cota Reservada) TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL** Estrutura em chapa de aço reforçado, hidráulico, a três pontos, acionado pela TDP, transmissão em banho de óleo, rotor horizontal acionado por correias de transmissão, de giro livre, facas ou martelos desencontrados, fabricados em aço temperado de alta resistência, regulador de altura de trabalho por meio de sapatas laterais, limitador de profundidade com duas rodas de ferro ou rolo cilíndrico horizontal de ferro, defletores pendulares frontais de segurança, para evitar o lançamento de objetos, cilindro e mangueiras hidráulicas para deslocamentos laterais, com dispositivos que evitem embuchamento do equipamento, distribuição uniforme da massa produzida, acoplamento da torre que permita trabalhar em terrenos com ondulações, largura mínima de corte: 1,75 m, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV.

4. DO QUANTITATIVO ESTIMADO

4.1. O quantitativo estimado dos itens será conforme a tabela abaixo, tendo sido calculado por meio de levantamento dos convênios firmados entre a SEAGRI e entes do Governo Federal, bem como nas demandas previstas de aquisição de máquinas pelas Subsecretarias da SEAGRI-DF, acrescidas de uma margem de segurança:

Item	Descrição	C. R nº 841.544 (29343419)	C. R nº 840.951 (29343555)	C. R nº 872.166 (29343685)	C. R nº 880.883 (29343856)	C. R nº 882.080 (29344280)	C. R nº 880.885 (29344184)	C. R nº 880.886 (29344280)	C. R nº 808.705 (29346834)	Convênio nº 890.146 (29344413)	Convênio nº 885998 (29342777)	Convênio nº 890184 (29342777)	FDR (33499820)	Margem de segurança	TOTAL
01	ARADO REVERSÍVEL	-	05	06	03	-	-	-	-	-	-	-	-	03	17
02	ARADO SUBSOLADOR	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	09	02	13
03	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR	-	05	06	03	-	-	-	-	01	-	-	09	05	29
04	CARRETA PARA MICROTRATOR	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	09	02	13
05	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA	-	-	-	02	01	-	-	03	03	-	-	-	03	12
06	COLHEDORA DE FORRAGENS	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	01	3
07	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS	-	05	06	03	-	-	-	-	-	-	-	09	05	28
08	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO	-	05	06	03	-	-	03	-	-	-	-	09	05	31
09	GRADE NIVELADORA.	-	-	-	05	-	-	-	-	-	-	-	-	01	6
10	PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	09	01	10
11	PLANTADEIRA/ADUBADEIRA HIDRÁULICA	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	01	3
12	PLANTADEIRA DE MANDIOCA	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	-	01	3
13	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL	01	-	-	-	-	01	03	-	03	-	-	09	04	21
14	ROTOCANTEIRADOR	-	05	06	03	-	-	-	-	-	-	-	11	05	30
15	TERRACEADOR DE ARRASTO de 16 discos	-	-	-	-	02	-	-	-	-	-	-	-	01	3
16	TERRACEADOR DE ARRASTO de 18 discos	-	-	-	01	02	-	-	-	-	-	-	-	02	5
17	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL	03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03	6

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

5.1. No parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) temos:

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

5.2. Em que pese o conceito seja aberto quanto ao que seja comum, ao analisarmos a especificação do(s) bem(ns) demandado(s) verificamos que este(s):

- *é (são) passíveis de padronização por critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no*

mercado correspondente;

- possui(em) especificações usuais de mercado; e
- possui(em) disponibilidade no mercado.

5.3. Ressaltamos que na definição dos bens foram seguidos critérios técnicos emanados dos setores demandantes, fazendo com que o objeto do presente processo tenha padrão de desempenho e qualidade objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado, nos moldes do que preleciona o art. 3º, VIII e § 1º, do Decreto nº 10.024/2019.

5.4. Assim sendo, visto que atendem aos critérios estipulados no citado parágrafo único do art. 1º, da Lei nº 10.520 de 2002, acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 23.460/2002, e no art. 3º § 1º, do Decreto nº 10.024/2019 o(s) bem(ns) pretendido(s) pode(m) ser enquadrado(s) como bem(ns) comum(ns).

6. MODALIDADE DE AQUISIÇÃO

6.1. O presente certame se processará por meio do Sistema de Registro de Preços, obedecendo, integralmente, a [Lei nº 10.520/2002](#), regulamentada pelo [Decreto Federal nº 10.024/2019](#), pelo [Decreto Federal nº 7.892 de 2013](#), pelo [Decreto Distrital nº 23.460/2002](#), [Decreto Distrital nº 39.103/2018](#), [Decreto Distrital nº 36.520/2015](#) e legislação correlata, aplicando-se, subsidiariamente, a [Lei nº 8.666/1993](#), atualizada, e ainda, a [Lei complementar nº 123/2006](#) e o [Decreto nº 8.538/2015](#), bem como as condições estabelecidas no Edital de Pregão Eletrônico e anexos do certame que deu origem.

6.2. A opção pelo Registro de Preços, foi baseada no Art. 3º do Decreto 39.103/2018, que determina que o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado quando:

- I – os bens ensejarem contratações frequentes;
- II - a aquisição prever entregas parceladas;
- III - a aquisição atender a mais de um órgão da Administração; e
- IV - a quantidade do bem variar conforme demanda, impossibilitando uma definição prévia do quantitativo a ser adquirido.

6.3. Os bens pretendidos enquadram-se nos critérios acima por:

- serem adquiridos rotineiramente pela SEAGRI-DF;
- sua aquisição ser parcelada, ao longo do ano, em virtude de os recursos serem oriundos, muitas de vezes, de convênios e contratos de repasse cuja liberação não se dá toda ao mesmo tempo;
- o quantitativo de itens pretendidos variar em função dos convênios e contratos de repasse firmados ao longo do ano.

7. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

7.1. O critério de julgamento que será adotado será o de **menor preço unitário por item**, em atenção ao art. 7º do Decreto 10.024/2019 e ao art. 45, inc. I, da Lei nº 8.666/1993.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações contidas neste Termo de Referência e aos critérios de aceitação da proposta do Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993 e no art. 28 do Decreto nº 10.024/2019.

7.3. A proposta comercial deverá ser enviada, via sistema, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, com marca e modelo do produto ofertado, preço unitário e total em moeda nacional corrente, incluídas todas as despesas necessárias à entrega do objeto deste Termo de Referência, como também, todos os tributos, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

7.4. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

8. DO TRATAMENTO ÀS ENTIDADES PREFERENCIAIS

8.1. Em conformidade com o Art. 23 da Lei 4.611/2011 será dado tratamento favorecido e diferenciado às entidades preferenciais nas licitações de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto.

8.2. Será estabelecida cota reservada para as entidades preferenciais nas licitações para aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, passando a ter dois subitens, sendo:

I – um, com limite máximo ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para a cota reservada, destinado exclusivamente às entidades preferenciais;

II – outro subitem com o percentual complementar destinado ao mercado geral.

8.3. Visando a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme estabelecido na [Lei Distrital 4.611/2011](#), os itens e quantitativos da presente licitação serão divididos conforme abaixo:

Item	Descrição	Quantidade Estimada
ITENS COTA PRINCIPAL (Inciso II, § 1º Art. 26 Lei 4.611/2011)		
01	ARADO REVERSÍVEL	13
04	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR	22
07	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA	9
10	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS	21
12	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO	24
14	GRADE NIVELADORA	5
19	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL	16
21	ROTOCANTEIRADOR	23
24	TERRACEADOR DE ARRASTO 18 DISCOS	4
26	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL	5
ITENS COTA RESERVADA (Inciso I, § 1º Art. 26 Lei 4.611/2011)		
02	ARADO REVERSÍVEL	4

05	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR	7
08	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA	3
11	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS	7
13	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO	7
15	GRADE NIVELADORA	1
20	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL	5
22	ROTOCANTEIRADOR	7
25	TERRACEADOR DE ARRASTO 18 DISCOS	1
27	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL	1
ITENS PARA ENTIDADES PREFERENCIAIS - ME/EPP (Art. 25 Lei 4.611/2011)		
03	ARADO SUBSOLADOR	13
06	CARRETA PARA MICROTRATOR	13
09	COLHEDORA DE FORRAGENS	9
16	PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA	10
18	PLANTADEIRA DE MANDIOCA	3

8.4. As entidades preferenciais poderão participar dos dois subitens, permanecendo para a cota não reservada os direitos a que se refere a Seção I, do direito de preferência e de saneamento da Lei 4.611/2011.

8.5. A aplicação da cota reservada não poderá ensejar a contratação por preço superior ao que for contratado no subitem da licitação destinada ao mercado geral, prevista no § 1º, II, do Art. 26 da Lei 4.611/2011.

8.6. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao licitante vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

8.7. Em conformidade com o Art. 24 da Lei 4.611/2011, o tratamento favorecido e diferenciado de que trata a citada Lei não poderá ser aplicado em favor de entidade que, em decorrência do valor da licitação a que estiver concorrendo, venha a auferir faturamento que acarrete o seu desenquadramento da condição de microempresa.

8.8. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação de quaisquer das cotas deverá ocorrer pelo preço da que tenha sido menor.

8.9. Será inabilitada a empresa que não estiver na condição de entidade preferencial e oferecer proposta para a cota reservada ou cota exclusiva.

9. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. A participação de consórcios não será permitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

9.2. Pelo mesmo motivo não será admitida a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à Administração Pública. Deste modo é vedada a subcontratação do objeto.

10. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. As empresas interessadas deverão ter objetivo social compatível com o objeto do certame e para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, deverão apresentar no mínimo 01 (um) atestado de aptidão técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que forneceram ou estão fornecendo material(is) pertinente(s) e compatível (eis) em características com o objeto deste Termo de Referência;

10.1.1. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que a empresa já forneceu no mínimo **10% (dez por cento)** do(s) item(ns) para o(s) qual(is) pretende apresentar proposta. Caso o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

10.1.2. A empresa poderá apresentar quantos atestados de capacidade técnica julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto semelhante ao deste Termo de Referência, destacando-se a necessidade de o interessado demonstrar por meio desses atestados que forneceu anteriormente pelo menos o quantitativo solicitado no subitem anterior.

10.2. Os atestados e declarações apresentados poderão ser diligenciados nos termos do parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93, estando sujeita às penas da lei a empresa que faltar com a verdade com relação aos citados documentos.

11. DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA

11.1. O(s) bem(ns) e material(is) adquirido(s) deverá(ão) ser entregue(s) nas dependências da SEAGRI-DF, situado no endereço:

Setor de Áreas Isoladas Norte – SAIN, Parque Estação Biológica, Edifício Sede, Asa Norte, CEP: 70.770-914 Brasília – DF, de segunda a sexta em horário das 08h às 12h e das 13h às 17h.

11.2. O horário de entrega deve ser observado pelo fornecedor, de tal maneira que a entrega seja iniciada após as 08 horas da manhã e finalizada antes das 17 horas da tarde, de segunda a sexta-feira;

11.3. A entrega dos bens deverá ser efetuada em até **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da assinatura do instrumento de contrato.

11.4. Os prazos de entrega admitem prorrogação, desde que esta seja justificada por escrito e previamente autorizada pela Gerência de Material, devendo a solicitação ser encaminhada em até 01 (um) dia antes de vencimento do prazo de entrega/instalação estipulado e mantidas as demais obrigações previstas no presente Termo de Referência, desde que ocorra algum dos motivos previstos no art. 57 § 1º, da Lei nº 8.666/93.

12. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

12.1. Não será(ão) aceito(s) bens(s) com especificações que estejam em desacordo com as constantes neste Termo de Referência.

12.2. Nos termos dos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/1993, o(s) bem(ns) objeto deste Termo de Referência será(ão) recebido(s), mediante Nota Fiscal:

12.2.1. Provisoriamente, no ato da entrega do(s) produto(s), para posterior verificação da conformidade do equipamento com as especificações do objeto licitado;

12.2.2. Definitivamente, em até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento provisório, após criteriosa inspeção e verificação de que o produto adquirido encontra-se em perfeitas condições de utilização, além de atender às especificações do objeto contratado.

12.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, sem prejuízo das medidas disciplinares cabíveis ao servidor omissivo;

12.4. A recusa ao recebimento do material, por qualquer motivo devidamente justificado, não acarretará a suspensão do prazo de entrega, ficando o fornecedor obrigado a retirar o material, substituí-lo ou complementar a entrega, sob pena de aplicação das penalidades disciplinares, conforme Art. 45 da Portaria SEPLAN nº 39, de 30 de março de 2011;

12.5. Caso o(s) implemento(s) entregue(s) venha(m) a ser reprovada(s) ou sofra(m) danos ou avarias, no transporte ou descarga, que comprometam o seu uso regular, a contratada deverá proceder aos reparos ou a sua substituição em até **15(quinze) dias** corridos após ser notificada do mesmo.

12.6. Se, após o recebimento, constatar-se que o(s) bem(ns) entregue(s) possui(em) vícios aparentes ou redibitórios ou está(ão) em desacordo com as especificações ou a proposta, será(ão) interrompido(s) o(s) prazo(s) de recebimento e suspenso o pagamento, até que seja sanado o problema.

12.7. O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do bem, nem a ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

12.8. Se a licitante vencedora deixar de entregar o material dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito, aceita pela Administração, sujeitar-se-á às sanções impostas pela legislação vigente.

13. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. A garantia do(s) bem(ns) deverá(ão) estar de acordo com prazo estabelecido pelo fabricante, **não podendo este ser inferior a 12 (doze) meses** contados a partir da data de expedição do Termo de Recebimento Definitivo. Para os casos em que a garantia do fabricante for superior a 12 (doze) meses prevalecerá a que for mais vantajosa para a Administração.

13.2. Durante o período de garantia e assistência técnica, a SEAGRI-DF não efetuará nenhum tipo de pagamento à contratada a título de deslocamento de pessoal, veículos, transporte, impostos, taxas, hospedagem, peças, fretes de peças, mão-de-obra e outros, na solução de problemas que ensejarem o acionamento de tal garantia.

13.3. Em caso de substituição do bem/produto, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição;

13.4. A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por parte da CONTRATADA, da correção do problema no prazo máximo de **15 (quinze) dias** corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a CONTRATANTE, podendo ser prorrogado pela CONTRATANTE, mediante solicitação.

14. DO PREÇO

14.1. O preço deverá ser fixo, equivalente ou inferior ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento em até 30 (trinta) dias, a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação e pagamento.

14.2. Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação.

14.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados no interstício anual de vigência do registro, admitida a revisão nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

15. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

15.1. O valor total estimado para presente aquisição é de **R\$ 3.378.032,40 (três milhões, trezentos e setenta e oito mil trinta e dois reais e quarenta centavos)**, conforme detalhado na tabela a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Tipo	Especificação	Valor Unitário	Total
1	13	Un.	Principal	ARADO REVERSÍVEL , Características Técnicas Mínimas: Hidráulico a três pontos, com 3 discos de 28 polegadas, sistema de reversão hidráulico com pistão, compatível com trator de potência de 75 CV	R\$ 9.400,00	R\$ 122.200,00
2	4	Un.	Reservada	ARADO REVERSÍVEL , Características Técnicas Mínimas: Hidráulico a três pontos, com 3 discos de 28 polegadas, sistema de reversão hidráulico com pistão, compatível com trator de potência de 75 CV	R\$ 9.400,00	R\$ 37.600,00
3	13	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	ARADO SUBSOLADQ Tipo: Hidráulico, Características Mínimas: Mínimo de 5 hastes, haste subsoladora, dispositivo de segurança, pino fusível que se rompe em condições de sobrecarga na haste, dimensões mínimas de trabalho de 1240 mm de largura e 400 mm de profundidade, compatível com trator de potência de 75 CV	R\$ 4.908,88	R\$ 63.815,44
4	22	Un.	Principal	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATQ hassi com estrutura reforçada em aço, carroceria em madeira de lei tratada, com sobregrades, dois eixos e 4 rodas, 4 pneus novos, com capacidade de carga mínima de 4 toneladas, rótula de engate com articulação em todos os sentidos, laterais e traseira rebatíveis por dobradiças reforçadas, acabamento em pintura de esmalte sintético, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 10.000,00	R\$ 220.000,00
5	7	Un.	Reservada	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATQ hassi com estrutura reforçada em aço, carroceria em madeira de lei tratada, com sobregrades, dois eixos e 4 rodas, 4 pneus novos, com capacidade de carga mínima de 4 toneladas, rótula de engate com articulação em todos os sentidos, laterais e traseira rebatíveis por dobradiças reforçadas, acabamento em pintura de esmalte sintético, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 10.000,00	R\$ 70.000,00

6	13	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	CARRETA PARA MICROTRATOR Tipo: Fixa basculante Compatível com micro trator de no mínimo 14 CV, eixo com duas rodas e pneus novos, carroceria em madeira, pedal de freio mecânico, capacidade de carga mínima de 1000 Kg	R\$ 3.856,65	R\$ 50.136,45
7	9	Un.	Principal	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA acionada por tomada de potência (TDP) do trator; tanque cilíndrico ou elíptico, capacidade entre 4.000 a 5.100 litros, horizontal, em aço carbono, acabamento interno em epóxi, e externo em esmalte sintético veicular, tampa de inspeção na parte superior com diâmetro mínimo de 380 mm, abertura total na parte traseira, para inspeção e limpeza, quebra ondas; chassi de arrasto, cabeçalho dotado de suporte estático regulável na altura, 02 (dois) eixos em tandem e 04 (quatro) rodas, 04 pneus novos; tanque com escada de acesso externo, visor do nível da água, bomba centrífuga de alta vazão, produção mínima de 32 m³/hora e pressão mínima de 75 mca, bico traseiro de aspersão para distribuição do produto em leque (tipo 'rabo de pavão') e largura mínima de aplicação de 15 metros, barra irrigadora instalada na parte inferior traseira do equipamento com descarga por gravidade e acionamento na cabine ou plataforma do trator, kit de combate a incêndio montado em plataforma superior do tanque, de alcance mínimo de 24 metros de distância, com mangueiras e conexões instaladas, equipamento pronto para uso, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$21.548,81	R\$ 193.939,29
8	3	Un.	Reservada	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA acionada por tomada de potência (TDP) do trator; tanque cilíndrico ou elíptico, capacidade entre 4.000 a 5.100 litros, horizontal, em aço carbono, acabamento interno em epóxi, e externo em esmalte sintético veicular, tampa de inspeção na parte superior com diâmetro mínimo de 380 mm, abertura total na parte traseira, para inspeção e limpeza, quebra ondas; chassi de arrasto, cabeçalho dotado de suporte estático regulável na altura, 02 (dois) eixos em tandem e 04 (quatro) rodas, 04 pneus novos; tanque com escada de acesso externo, visor do nível da água, bomba centrífuga de alta vazão, produção mínima de 32 m³/hora e pressão mínima de 75 mca, bico traseiro de aspersão para distribuição do produto em leque (tipo 'rabo de pavão') e largura mínima de aplicação de 15 metros, barra irrigadora instalada na parte inferior traseira do equipamento com descarga por gravidade e acionamento na cabine ou plataforma do trator, kit de combate a incêndio montado em plataforma superior do tanque, de alcance mínimo de 24 metros de distância, com mangueiras e conexões instaladas, equipamento pronto para uso, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 21.548,81	R\$ 64.646,43
9	3	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	COLHEDORA DE FORRAGENS hidráulica, a três pontos, acionada por TDP, apta a colher em linha, como milho, cana e capins elefantes, bica móvel direcional com sistema quebra jato, mínimo de 08 facas de corte, produção mínima por hora: 15.000 Kg/h de forragens, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 19.493,50	R\$ 58.480,50
10	21	Un.	Principal	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS arrasto, 01 eixo e duas rodas, com pneus novos, acionamento por meio de TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, sistema de distribuição com esteira central em aço, com largura mínima de 800 mm, e dois discos centrífugos, faixa de aplicação mínima de 8 metros, capacidade de carga mínima de 2.500 Kg, sistema graduado de regulagens de aplicação, com bom desempenho para pós químicos e granulados, além de adubos orgânicos secos e alguns tipos de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 20.100,00	R\$ 422.100,00
11	7	Un.	Reservada	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS arrasto, 01 eixo e duas rodas, com pneus novos, acionamento por meio de TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, sistema de distribuição com esteira central em aço, com largura mínima de 800 mm, e dois discos centrífugos, faixa de aplicação mínima de 8 metros, capacidade de carga mínima de 2.500 Kg, sistema graduado de regulagens de aplicação, com bom desempenho para pós químicos e granulados, além de adubos orgânicos secos e alguns tipos de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 20.100,00	R\$ 140.700,00
12	24	Un.	Principal	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO 14 discos de 26 polegadas de diâmetro e 06 mm de espessura mínima, mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo, ou a graxa, espaçamento mínimo entre os discos de 230 mm, controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas, largura de corte mínima de 1500 mm, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 17.700,00	R\$ 424.800,00
13	7	Un.	Reservada	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO 14 discos de 26 polegadas de diâmetro e 06 mm de espessura mínima, mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo, ou a graxa, espaçamento mínimo entre os discos de 230 mm, controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas, largura de corte mínima de 1500 mm, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 17.700,00	R\$ 123.900,00
14	5	Un.	Principal	GRADE NIVELADORA , Características Mínimas: 28 discos de 20 polegadas de diâmetro e mínimo de 3,5 mm de espessura, espaçamento entre discos de 170 mm, mancais com rolamento a graxa, pneus agrícolas novos para transporte, compatível com trator de potência de 75 CV	R\$ 19.454,91	R\$ 97.274,55
15	1	Un.	Reservada	GRADE NIVELADORA , Características Mínimas: 28 discos de 20 polegadas de diâmetro e mínimo de 3,5 mm de espessura, espaçamento entre discos de 170 mm, mancais com rolamento a graxa, pneus agrícolas novos para transporte, compatível com trator de potência de 75 CV	R\$ 19.454,91	R\$ 19.454,91
16	10	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA om acionamento hidráulico, capacidade de levantar de até 500kg, compatível com trator de 75 cv	R\$ 2.545,00	R\$ 25.450,00
17	3	Un.	-	PLANTADEIRA / ADUBADEIRA HIDRÁULICA mínimo de 05 linhas, plantio direto e convencional, sistema de operação e transporte hidráulico, a três pontos, chassi com duas rodas e pneus novos, distribuição de sementes e de adubo acionados pelas rodas, largura útil mínima de 1900 mm, espaçamento entre linhas de 400 a 450 mm, caixas para adubo e sementes em polietileno, disco de corte da palha com diâmetro mínimo de 16", sistema de aplicação de adubo com discos duplos desencontrados, com haste sulcadora afastada, dosador de adubo com rosca sem fim, kit de discos para sementes graúdas, como feijão, milho e soja, rodas de controle de profundidade metálicas, com banda de borracha, sistema de flutuação das linhas de plantio, tipo pula -obstáculo, calibragens precisas, com trocas manuais de engrenagens de adubo e sementes, eixo longitudinal para distribuição de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV.	R\$ 52.113,24	R\$ 156.339,72
18	3	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	PLANTADEIRA DE MANDIOCA hidráulica, a três pontos, dotada das operações de sulcamento, adubação, corte e plantio das manivas, com depósito de ramas com capacidade mínima de 1,0 m³, plataforma traseira com bancos com encosto, duas linhas de plantio, espaçamento entre linhas com ajuste variando entre 0,80 e 1,20 m, depósito para adubo em polietileno com capacidade mínima de 150 kg, sistema de corte de ramas ajustável nos comprimentos de 13,5 a 18 cm, sistema de	R\$ 23.723,31	R\$ 71.169,93

				distribuição de adubo e manivas por meio das duas rodas e pneus de apoio, rendimento médio de plantio de 5 a 7 ha/dia, compatível com tratores de potência mínima de 60 CV		
19	16	Un.	Principal	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL três pontos, acionada pela TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, embreagem com sistema de segurança à fricção, com giro livre incorporado, faixas de trabalho com funcionamento centralizado e deslocado (central e lateral), roda guia traseira e patins laterais, ambos com regulagens de profundidade, facas com sistema de trabalho livre, articuladas e com duplo corte, estrutura em chapas de aço tipo caixa, superfície inferior lisa, para evitar acúmulo de detritos, protetor traseiro contra lançamento de objetos, faixa de corte mínima de 1.700 mm, compatível com tratores de potência mínima de 65 CV	R\$ 8.300,00	R\$ 132.800,00
20	5	Un.	Reservada	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL três pontos, acionada pela TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, embreagem com sistema de segurança à fricção, com giro livre incorporado, faixas de trabalho com funcionamento centralizado e deslocado (central e lateral), roda guia traseira e patins laterais, ambos com regulagens de profundidade, facas com sistema de trabalho livre, articuladas e com duplo corte, estrutura em chapas de aço tipo caixa, superfície inferior lisa, para evitar acúmulo de detritos, protetor traseiro contra lançamento de objetos, faixa de corte mínima de 1.700 mm, compatível com tratores de potência mínima de 65 CV	R\$ 8.300,00	R\$ 41.500,00
21	23	Un.	Principal	ROTOCANTEIRADOR , Tipo: Hidráulico, Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura, 1.100 mm de topo e 1250 mm de base, Características Técnicas Mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com trator de 55 CV	R\$ 14.281,78	R\$ 328.480,94
22	7	Un.	Reservada	ROTOCANTEIRADOR , Tipo: Hidráulico, Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura, 1.100 mm de topo e 1250 mm de base, Características Técnicas Mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com trator de 55 CV	R\$ 14.281,78	R\$ 99.972,46
23	3	Un.	-	TERRACEADOR DE ARRASTO controle remoto, 16 discos de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.000mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 100 CV	R\$ 30.500,00	R\$ 91.500,00
24	4	Un.	Principal	TERRACEADOR DE ARRASTO controle remoto, 18 discos de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.400mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 118 CV	R\$ 30.395,88	R\$ 121.583,52
25	1	Un.	Reservada	TERRACEADOR DE ARRASTO controle remoto, 18 discos de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.400mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 118 CV	R\$ 30.395,88	R\$ 30.395,88
26	5	Un.	Principal	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL estrutura em chapa de aço reforçado, hidráulico, a três pontos, acionado pela TDP, transmissão em banho de óleo, rotor horizontal acionado por correias de transmissão, de giro livre, facas ou martelos desencontrados, fabricados em aço temperado de alta resistência, regulador de altura de trabalho por meio de sapatas laterais, limitador de profundidade com duas rodas de ferro ou rolo cilíndrico horizontal de ferro, defletores pendulares frontais de segurança, para evitar o lançamento de objetos, cilindro e mangueiras hidráulicas para deslocamentos laterais, com dispositivos que evitem embuchamento do equipamento, distribuição uniforme da massa produzida, acoplamento da torre que permita trabalhar em terrenos com ondulações, largura mínima de corte: 1,75 m, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 28.298,73	R\$ 141.493,65
27	1	Un.	Reservada	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL estrutura em chapa de aço reforçado, hidráulico, a três pontos, acionado pela TDP, transmissão em banho de óleo, rotor horizontal acionado por correias de transmissão, de giro livre, facas ou martelos desencontrados, fabricados em aço temperado de alta resistência, regulador de altura de trabalho por meio de sapatas laterais, limitador de profundidade com duas rodas de ferro ou rolo cilíndrico horizontal de ferro, defletores pendulares frontais de segurança, para evitar o lançamento de objetos, cilindro e mangueiras hidráulicas para deslocamentos laterais, com dispositivos que evitem embuchamento do equipamento, distribuição uniforme da massa produzida, acoplamento da torre que permita trabalhar em terrenos com ondulações, largura mínima de corte: 1,75 m, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV	R\$ 28.298,73	R\$ 28.298,73
TOTAL						R\$ 3.378.032,40

16. DA SUSTENTABILIDADE

16.1. A contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto 7.746/2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666/93, o qual estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

17. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. O adjudicatário será convocado pelo órgão gerenciador, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), para assinatura da respectiva Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário até o segundo dia útil após a convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador;

17.2. O não-atendimento da convocação para assinar a Ata, sem motivo devidamente justificado e aceito, faz incidir as sanções cabíveis na espécie, conforme regulado na legislação vigente.

17.3. Sistema de registro de preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo I, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades;

17.4. O registro de preços a ser formalizado na Ata de Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Distrito Federal (DODF), não podendo ser superior a um ano, incluindo as prorrogações possíveis.

17.5. Durante o prazo de validade do registro de preços o Distrito Federal não ficará obrigado a comprar os produtos objeto deste pregão exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo realizar licitações ou proceder a outras formas de aquisição quando julgar conveniente, desde que obedecida a legislação pertinente às licitações, ficando assegurado ao beneficiário do registro a preferência em igualdade de condições.

17.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando a realização de licitação específica para a contratação pretendida, no entanto, independentemente do direito de preferência a ser exercida pelo beneficiário da ata, a Administração fica obrigada a servir-se da ata se o preço obtido em outra licitação for superior ao registrado (Parecer nº 313/2012-PROCAD/PGDF);

17.7. O gerenciador da Ata de Registro de Preços acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados, sendo considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Coordenação de Gestão de Suprimentos;

17.8. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata é superior à média dos preços de mercado, o gerenciador solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior;

17.9. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido, e o gerenciador da Ata deverá convocar os demais fornecedores, caso haja, visando igual oportunidade de negociação;

17.10. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata.

18. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

18.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados no interstício anual de vigência do registro, admitida a revisão apenas nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

19. DA ADESÃO

19.1. A Adesão à Ata de Registro de Preços poderá ser admitida mediante prévia consulta à Gerência de Compras da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (GECOMP/SEAGRI-DF), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas as condições e as regras estabelecidas no Decreto Distrital nº 39.103/2018;

19.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem (art. 22, § 4º, do Decreto Distrital nº 39.103/2018);

19.3. As aquisições e/ou contratações adicionais decorrentes das adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, (art. 22 § 3º, do Decreto nº 39.103/2018);

19.4. O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à ata após a primeira aquisição ou contratação por órgão participante do Registro de Preços, com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

19.5. Nas adesões à Ata de Registro de Preços os fornecedores serão indicados a partir dos seguintes critérios:

19.5.1. Serão verificados os itens cujas características atendam as necessidades do solicitante da adesão, e;

19.5.2. Após, será escolhido o item de menor preço;

19.6. Em caso de eventual inadimplemento contratual, caberá ao órgão aderente a responsabilidade pela imposição de penalidade ao fornecedor faltoso, comunicando o fato ao órgão gerenciador;

19.7. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata. (§ 6º, art. 22 do Decreto Distrital nº 39.103/2018).

20. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

20.1. Responsabilizar-se integralmente pelos bens, nos termos da legislação vigente;

20.2. Efetuar a entrega de material(is) em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, no prazo, quantidade e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal eletrônica constando detalhadamente o preço, as indicações da marca, fabricante e procedência;

20.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do(s) produto(s), de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 2, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), obrigando-se, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos o produto com avarias ou defeitos;

20.4. Manter durante toda a execução do contrato, formalizado por meio de nota de empenho, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;

20.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto do presente Termo de Referência;

20.6. Comunicar à SEAGRI-DF, por escrito, quaisquer irregularidades ou anormalidades ocorridas durante o fornecimento dos materiais contratados prestando os esclarecimentos julgados necessários;

20.7. Comunicar à Administração, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega do(s) bem(ns)/serviço(s), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

20.8. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

20.9. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação.

21. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

21.1. Receber provisoriamente o(s) material(is), disponibilizando local, data e horário;

21.2. Comunicar imediatamente à CONTRATADA, qualquer irregularidade verificada por ocasião do fornecimento do(s) bem(ns) para serem tomadas as providências necessárias para o completo e perfeito cumprimento do mesmo;

21.3. Designar servidor para atuar como fiscal do contrato ficando o mesmo incumbido das atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeira vigentes;

21.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) bem(ns) recebido(s) provisoriamente com as especificações constantes do termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;

21.5. Exercer a fiscalização do(s) bem(ns), na forma prevista na Lei nº 8.666/93, inclusive do cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela CONTRATADA, no que se refere à aquisição do(s) mesmo(s);

21.6. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fiel cumprimento das obrigações da Contratada, inclusive comunicando por escrito e tempestivamente qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança;

21.7. Aplicar as sanções cabíveis previstas na legislação, em casos de irregularidades constatadas na execução do objeto deste instrumento.

21.8. Atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do(s) bem(ns) contratado(s) e o seu aceite na forma prevista na Lei nº 8.666/93;

21.9. Efetuar o pagamento das faturas atestadas pelo Executor do contrato à Contratada, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetuado em até o 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

22.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação "pro rata tempore" do IPCA, nos termos do art. 3º do Decreto nº 37.121/2016.

22.3. As demais informações sobre o pagamento são aquelas dispostas no Instrumento Convocatório.

23. DA FISCALIZAÇÃO

23.1. A fiscalização do recebimento do bem ficará a cargo de representante da Administração, designado pela Subsecretaria de Defesa Agropecuária - SDA, ficando o mesmo responsável pela conferência das especificações e pelo recebimento definitivo dos bens na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, competindo-lhe ainda dirimir as possíveis dúvidas que surgirem no curso da entrega destes, e de tudo dar ciência à Administração.

23.2. O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações do bem encaminhadas pela licitante vencedora podendo rejeitá-lo, no todo ou em parte, caso não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

23.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

24. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

24.1. A fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica será admissível, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, qual seja:

- Manutenção das demais cláusulas e condições do contrato;
- Inexistência de prejuízo à execução do objeto pactuado; e
- Anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

25. DA GARANTIA CONTRATUAL

25.1. Não será exigida nenhuma modalidade de garantia da execução contratual ou do fornecimento à contratada, contudo, a ocorrência de qualquer tipo de inadimplemento na execução dos fornecimentos não a eximirá das penalidades previstas na legislação.

26. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

26.1. A contratada deverá, quando da assinatura do contrato, disponibilizar assistência técnica autorizada pela fabricante do objeto, com peças originais a pronta entrega, localizada no Distrito Federal ou na Região Integrada de Desenvolvimento Econômico – RIDE (Decreto 7.469 de 4 de maio de 2011) condição *sine qua non* para a assinatura do contrato.

26.2. A documentação apresentada pela empresa poderá ser diligenciada nos termos do parágrafo 3º do art. 43, da Lei 8.666/93, estando sujeita às penas da lei a empresa que faltar com a verdade com relação aos citados documentos.

27. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

27.1. Para o fornecimento do(s) bem(ns) objeto do Registro de Preços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e com a proposta de preços da(s) licitante(s) vencedora(s).

27.2. O prazo de vigência do contrato decorrente do Registro de Preços será de até 12 (doze) meses observando-se, contudo, o prazo de garantia e validade do(s) bem(ns) e serviço(s) adquirido(s).

28. DAS SANÇÕES

28.1. A disciplina das infrações e sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e do fornecimento é aquela prevista no instrumento convocatório.

29. DO FORO

29.1. Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1. A CONTRATADA deverá comprovar por ocasião da cobrança, as notas fiscais devidamente atestadas, pelo Executor Local do Contrato.

30.2. A aceitação será realizada com base nas especificações contida neste Termo de Referência.

30.3. Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), consoante o estabelecido no Art. 81 da Lei nº 8.666/1993, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

30.4. Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste termo ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e Decreto nº 5.450/05.

ANEXOS

Anexo I – Modelo de proposta de preços

Anexo II - Declaração

Elaborado por:	Revisado por:
Vagner Luis Nunes Lins	Petrucio de Oliveira Almeida
Mat. 1661.7061	Mat. 1661-6383

Gustavo Gatto
Gerente de Compras

Carlos Rones da Silva
Diretoria de Logística e Apoio Operacional
Diretor Substituto

De acordo. Encaminho à SUAG para aprovação do Termo de Referência, nos termos da legislação vigente.

Odilon Vieira Junior
Sub. de Abast. e Desen. Rural – SDR
SPAC

João Pires da Silva Filho
Subs. de Pol. Soc. Rurais, Abastt. e Com. –

Aprovo o presente Termo de Referência nos moldes do art. 3º, inciso I da Lei nº 10.520/2002; art. 8º, inciso I do Decreto Distrital nº 23.460/2002; e subsidiariamente o art. 8º, inciso II do Decreto Federal nº 3.555/2000 e art. 9º, inciso I do Decreto Federal nº 5.450/2005.

ROSSI DA SILVA ARAÚJO
Subsecretaria de Administração Geral
Subsecretário

ANEXO I**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL localizada no Parque Estação Biológica, edifício Sede, Asa Norte, CEP 70.770-914, Brasília - DF

Apresentamos proposta de acordo com as especificações, condições e prazos estabelecidos no Pregão Eletrônico n.º ____/20____, dos quais nos comprometemos a cumprir integralmente.

Declaramos que concordamos com todas as condições estabelecidas no Edital e seus respectivos Anexos. Nossa cotação para entrega dos materiais e/ou equipamentos são conforme abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Tipo	Especificação	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Total
1	13	Un.	Principal	ARADO REVERSÍVEL Características Técnicas Mínimas: Hidráulico a três pontos, com 3 discos de 28 polegadas, sistema de reversão hidráulico com pistão,			

				compatível com trator de potência de 75 CV			
2	4	Un.	Reservada	ARADO REVERSÍVEL Características Técnicas Mínimas: Hidráulico a três pontos, com 3 discos de 28 polegadas, sistema de reversão hidráulico com pistão, compatível com trator de potência de 75 CV			
3	13	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	ARADO SUBSOLADQR Tipo: Hidráulico, Características Mínimas: Mínimo de 5 hastes, haste subsoladora, dispositivo de segurança, pino fusível que se rompe em condições de sobrecarga na haste, dimensões mínimas de trabalho de 1240 mm de largura e 400 mm de profundidade, compatível com trator de potência de 75 CV			
4	22	Un.	Principal	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR hassi com estrutura reforçada em aço, carroceria em madeira de lei tratada, com sobregrades, dois eixos e 4 rodas, 4 pneus novos, com capacidade de carga mínima de 4 toneladas, rótula de engate com articulação em todos os sentidos, laterais e traseira rebatíveis por dobradiças reforçadas, acabamento em pintura de esmalte sintético, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
5	7	Un.	Reservada	CARRETA AGRÍCOLA PARA TRATOR hassi com estrutura reforçada em aço, carroceria em madeira de lei tratada, com sobregrades, dois eixos e 4 rodas, 4 pneus novos, com capacidade de carga mínima de 4 toneladas, rótula de engate com articulação em todos os sentidos, laterais e traseira rebatíveis por dobradiças reforçadas, acabamento em pintura de esmalte sintético, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
6	13	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	CARRETA PARA MICROTRATOR Tipo: Fixa basculante Compatível com micro trator de no mínimo 14 CV, eixo com duas rodas e pneus novos, carroceria em madeira, pedal de freio mecânico, capacidade de carga mínima de 1000 Kg			
7	9	Un.	Principal	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA acionada por tomada de potência (TDP) do trator; tanque cilíndrico ou elíptico, capacidade entre 4.000 a 5.100 litros, horizontal, em aço carbono, acabamento interno em epóxi, e externo em esmalte sintético veicular, tampa de inspeção na parte superior com diâmetro mínimo de 380 mm, abertura total na parte traseira, para inspeção e limpeza, quebra ondas; chassi de arrasto, cabeçalho dotado de suporte estático regulável na altura, 02 (dois) eixos em tandem e 04 (quatro) rodas, 04 pneus novos; tanque com escada de acesso externo, visor do nível da água, bomba centrífuga de alta vazão, produção mínima de 32 m³/hora e pressão mínima de 75 mca, bico traseiro de aspersão para distribuição do produto em leque (tipo 'rabo de pavão') e largura mínima de aplicação de 15 metros, barra irrigadora instalada na parte inferior traseira do equipamento com descarga por gravidade e acionamento na cabine ou plataforma do trator, kit de combate a incêndio montado em plataforma superior do tanque, de alcance mínimo de 24 metros de distância, com mangueiras e conexões instaladas, equipamento pronto para uso, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
8	3	Un.	Reservada	CARRETA TANQUE COM BOMBA D'ÁGUA acionada por tomada de potência (TDP) do trator; tanque cilíndrico ou elíptico, capacidade entre 4.000 a 5.100 litros, horizontal, em aço carbono, acabamento interno em epóxi, e externo em esmalte sintético veicular, tampa de inspeção na parte superior com diâmetro mínimo de 380 mm, abertura total na parte traseira, para inspeção e limpeza, quebra ondas; chassi de arrasto, cabeçalho dotado de suporte estático regulável na altura, 02 (dois) eixos em tandem e 04 (quatro) rodas, 04 pneus novos; tanque com escada de acesso externo, visor do nível da água, bomba centrífuga de alta vazão, produção mínima de 32 m³/hora e pressão mínima de 75 mca, bico traseiro de aspersão para distribuição do produto em leque (tipo 'rabo de pavão') e largura mínima de aplicação de 15 metros, barra irrigadora instalada na parte inferior traseira do equipamento com descarga por gravidade e acionamento na cabine ou plataforma do trator, kit de combate a incêndio montado em plataforma superior do tanque, de alcance mínimo de 24 metros de distância, com mangueiras e conexões instaladas, equipamento pronto para uso, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
9	3	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	COLHEDORA DE FORRAGENS idráulica, a três pontos, acionada por TDP, apta a colher em linha, como milho, cana e capins elefantes, bica móvel direcional com sistema quebra jato, mínimo de 08 facas de corte, produção mínima por hora: 15.000 Kg/h de forragens, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
10	21	Un.	Principal	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS arrasto, 01 eixo e duas rodas, com pneus novos, acionamento por meio de TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, sistema de distribuição com esteira central em aço, com largura mínima de 800 mm, e dois discos centrífugos, faixa de aplicação mínima de 8 metros, capacidade de carga mínima de 2.500 Kg, sistema graduado de regulagens de aplicação, com bom desempenho para pós químicos e granulados, além de adubos orgânicos secos e alguns tipos de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
11	7	Un.	Reservada	DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBOS arrasto, 01 eixo e duas rodas, com pneus novos, acionamento por meio de TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, sistema de distribuição com esteira central em aço, com largura mínima de 800 mm, e dois discos centrífugos, faixa de aplicação mínima de 8 metros, capacidade de carga mínima de 2.500 Kg, sistema graduado de regulagens de aplicação, com bom desempenho para pós químicos e granulados, além de adubos orgânicos secos e alguns tipos de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
12	24	Un.	Principal	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO om 14 discos de 26 polegadas de diâmetro e 06 mm de espessura mínima, mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo, ou a graxa, espaçamento mínimo entre os discos de 230 mm, controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas, largura de corte mínima de 1500 mm, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			

13	7	Un.	Reservada	GRADE ARADORA CONTROLE REMOTO com 14 discos de 26 polegadas de diâmetro e 06 mm de espessura mínima, mancais de rolamento com lubrificação permanente em banho de óleo, ou a graxa, espaçamento mínimo entre os discos de 230 mm, controle remoto para regulagem de profundidade do trabalho e transporte por meio do sistema hidráulico e pneus agrícolas, largura de corte mínima de 1500 mm, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV			
14	5	Un.	Principal	GRADE NIVELADORA Características Mínimas: 28 discos de 20 polegadas de diâmetro e mínimo de 3,5 mm de espessura, espaçamento entre discos de 170 mm, mancais com rolamento a graxa, pneus agrícolas novos para transporte, compatível com trator de potência de 75 CV			
15	1	Un.	Reservada	GRADE NIVELADORA Características Mínimas: 28 discos de 20 polegadas de diâmetro e mínimo de 3,5 mm de espessura, espaçamento entre discos de 170 mm, mancais com rolamento a graxa, pneus agrícolas novos para transporte, compatível com trator de potência de 75 CV			
16	10	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	PÁ CARREGADEIRA TRASEIRA com acionamento hidráulico, capacidade de levantar de até 500kg, compatível com trator de 75 cv			
17	3	Un.	-	PLANTADEIRA / ADUBADEIRA HIDRÁULICA com 05 linhas, plantio direto e convencional, sistema de operação e transporte hidráulico, a três pontos, chassi com duas rodas e pneus novos, distribuição de sementes e de adubo acionados pelas rodas, largura útil mínima de 1900 mm, espaçamento entre linhas de 400 a 450 mm, caixas para adubo e sementes em polietileno, disco de corte da palha com diâmetro mínimo de 16", sistema de aplicação de adubo com discos duplos desencontrados, com haste sulcadora afastada, dosador de adubo com rosca sem fim, kit de discos para sementes graúdas, como feijão, milho e soja, rodas de controle de profundidade metálicas, com banda de borracha, sistema de flutuação das linhas de plantio, tipo pula -obstáculo, calibragens precisas, com trocas manuais de engrenagens de adubo e sementes, eixo longitudinal para distribuição de sementes, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV.			
18	3	Un.	Exclusivo para entidades preferenciais (ME/EPP)	PLANTADEIRA DE MANDIOCA , hidráulica, a três pontos, dotada das operações de sulcamento, adubação, corte e plantio das manivas, com depósito de ramas com capacidade mínima de 1,0 m³, plataforma traseira com bancos com encosto, duas linhas de plantio, espaçamento entre linhas com ajuste variando entre 0,80 e 1,20 m, depósito para adubo em polietileno com capacidade mínima de 150 kg, sistema de corte de ramas ajustável nos comprimentos de 13,5 a 18 cm, sistema de distribuição de adubo e manivas por meio das duas rodas e pneus de apoio, rendimento médio de plantio de 5 a 7 ha/dia, compatível com tratores de potência mínima de 60 CV			
19	16	Un.	Principal	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL , a três pontos, acionada pela TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, embreagem com sistema de segurança à fricção, com giro livre incorporado, faixas de trabalho com funcionamento centralizado e deslocado (central e lateral), roda guia traseira e patins laterais, ambos com regulagens de profundidade, facas com sistema de trabalho livre, articuladas e com duplo corte, estrutura em chapas de aço tipo caixa, superfície inferior lisa, para evitar acúmulo de detritos, protetor traseiro contra lançamento de objetos, faixa de corte mínima de 1.700 mm, compatível com tratores de potência mínima de 65 CV			
20	5	Un.	Reservada	ROÇADEIRA HIDRÁULICA DESLOCÁVEL , a três pontos, acionada pela TDP, caixa de transmissão em banho de óleo, embreagem com sistema de segurança à fricção, com giro livre incorporado, faixas de trabalho com funcionamento centralizado e deslocado (central e lateral), roda guia traseira e patins laterais, ambos com regulagens de profundidade, facas com sistema de trabalho livre, articuladas e com duplo corte, estrutura em chapas de aço tipo caixa, superfície inferior lisa, para evitar acúmulo de detritos, protetor traseiro contra lançamento de objetos, faixa de corte mínima de 1.700 mm, compatível com tratores de potência mínima de 65 CV			
21	23	Un.	Principal	ROTOCANTEIRADOR , Tipo: Hidráulico, Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura, 1.100 mm de topo e 1250 mm de base, Características Técnicas Mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com trator de 55 CV			
22	7	Un.	Reservada	ROTOCANTEIRADOR , Tipo: Hidráulico, Aplicação: Construção de canteiros com dimensões mínimas de 250mm de altura, 1.100 mm de topo e 1250 mm de base, Características Técnicas Mínimas: Acoplável ao sistema de levantamento hidráulico a três pontos, acionado pela TDP, compatível com trator de 55 CV			
23	3	Un.	-	TERRACEADOR DE ARRASTO controle remoto, 16 discos de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.000mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 100 CV			
24	4	Un.	Principal	TERRACEADOR DE ARRASTO controle remoto, 18 discos de 26" x 6,0 mm de espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.400mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 118 CV			
				TERRACEADOR DE ARRASTO controle remoto, 18 discos de 26" x 6,0 mm de			

25	1	Un.	Reservada	espessura, espaçamento entre discos de 400 mm, sistema de transporte e controle de profundidade com pneus e cilindro hidráulico de dupla ação, 02 mangueiras hidráulicas com engate universal, barra de regulagem; dimensões mínimas do terraço: largura de 6.400mm, altura de 900mm e profundidade de trabalho entre 45 a 300mm, para acoplamento e trabalho com tratores de potência mínima de 118 CV				
26	5	Un.	Principal	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL Estrutura em chapa de aço reforçado, hidráulico, a três pontos, acionado pela TDP, transmissão em banho de óleo, rotor horizontal acionado por correias de transmissão, de giro livre, facas ou martelos desencontrados, fabricados em aço temperado de alta resistência, regulador de altura de trabalho por meio de sapatas laterais, limitador de profundidade com duas rodas de ferro ou rolo cilíndrico horizontal de ferro, defletores pendulares frontais de segurança, para evitar o lançamento de objetos, cilindro e mangueiras hidráulicas para deslocamentos laterais, com dispositivos que evitem embuchamento do equipamento, distribuição uniforme da massa produzida, acoplamento da torre que permita trabalhar em terrenos com ondulações, largura mínima de corte: 1,75 m, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV				
27	1	Un.	Reservada	TRITURADOR DE RESTOS CULTURAIS DESLOCÁVEL Estrutura em chapa de aço reforçado, hidráulico, a três pontos, acionado pela TDP, transmissão em banho de óleo, rotor horizontal acionado por correias de transmissão, de giro livre, facas ou martelos desencontrados, fabricados em aço temperado de alta resistência, regulador de altura de trabalho por meio de sapatas laterais, limitador de profundidade com duas rodas de ferro ou rolo cilíndrico horizontal de ferro, defletores pendulares frontais de segurança, para evitar o lançamento de objetos, cilindro e mangueiras hidráulicas para deslocamentos laterais, com dispositivos que evitem embuchamento do equipamento, distribuição uniforme da massa produzida, acoplamento da torre que permita trabalhar em terrenos com ondulações, largura mínima de corte: 1,75 m, compatível com tratores de potência mínima de 75 CV				
							TOTAL	R\$

Declaramos que esta proposta tem validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da licitação e que as características dos itens estão de acordo com o especificado no item 03 do Termo de Referência.

Prazo de entrega não superior a 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da retirada/recebimento da respectiva Nota de Empenho ou do Pedido de Fornecimento

Apresento garantia conforme estabelecido no item 13 do Termo de Referência.

Declaramos ainda, que nos preços estão inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto;

Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante

(A proposta deverá conter: Nome da proponente e de seu representante legal, endereço completo, telefone, números do CNPJ, Banco, Agência e Conta bancária)

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE QUE A LICITAÇÃO SERÁ PARA REGISTRO DE PREÇO


Pregão SRP nº/20.....


A Empresa _____ (nome da licitante) _____, CNPJ nº _____ sediada no endereço _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe, DECLARA expressamente ter conhecimento de que a Administração não tem a obrigação de contratar os quantitativos constantes no(s) item(ns) _____ (informar os itens que participará) _____ do Termo de Referência, conforme previsto no art. 16, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.


(local/data) _____, ____ de _____ de _____.


Assinatura e Identificação do Representante legal da Licitante


(A declaração deverá conter: Nome e CNPJ da proponente e nome e CPF seu representante legal)


 Documento assinado eletronicamente por **ROSSI DA SILVA ARAÚJO - Matr.1689189-9, Subsecretário(a) de Administração Geral**, em 10/08/2020, às 13:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.


 Documento assinado eletronicamente por **ODILON VIEIRA JUNIOR - Matr.1689323-9, Subsecretário(a) de Desenvolvimento Rural**, em 10/08/2020, às 14:15, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.


 Documento assinado eletronicamente por **JOÃO PIRES DA SILVA FILHO - Matr.1695367-3., Subsecretário(a) de Políticas Sociais Rurais, Abastecimento e Comercialização**, em 10/08/2020, às 14:42, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

 Documento assinado eletronicamente por **CARLOS RONES DA SILVA - Matr.1661401-1, Diretor(a) de Logística e Apoio Operacional-Substituto(a)**, em 10/08/2020, às 14:48, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

 Documento assinado eletronicamente por **GUSTAVO GATTO - Matr.0187726-7, Gerente de Compras**, em 10/08/2020, às 14:53, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

 Documento assinado eletronicamente por **PETRÚCIO DE OLIVEIRA ALMEIDA - Matr.1661638-3, Técnico(a) de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária**, em 10/08/2020, às 14:55, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

 Documento assinado eletronicamente por **VAGNER LUÍS NUNES LINS - Matr.1661706-1, Técnico(a) de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária**, em 10/08/2020, às 15:02, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

 A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&verificador=44983723)
verificador= **44983723** código CRC= **F62BC34D**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica, Ed. Sede da SEAGRI-DF, Térreo, Sala 36 - Bairro Parque Estação Biológica - Asa Norte - CEP 70770-914 - DF

(61)3051-6344

00070-00007141/2019-11 Doc. SEI/GDF 44983723

Criado por 15001877267, versão 3 por 15001877267 em 08/08/2020 16:47:53.

ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Pregão Eletrônico nº /20 /SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a).

portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para a CONTRATANTE, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão nº /2020 – SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos.

Local e Data

[Nome do Representante Legal da Empresa] Cargo

ANEXO III

DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO Nº 39.860, DE 30 DE MAIO DE 2019

Processo

Pregão Eletrônico nº

Licitante _____ CNPJ _____

Inscrição Estadual/Distrital _____

Representante legal _____ CPF _____

A pessoa física ou jurídica acima identificada, por intermédio de seu representante legal, declara que não incorre nas vedações previstas no art. 9º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 1º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

Brasília, ____ de _____ de _____

Assinatura

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada no endereço _____, telefone/fax nº _____, por intermédio do seu representante legal Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do Decreto Federal nº 10.024/2019, adotado no âmbito do DF por meio do Decreto nº 25.966/2005.

Brasília-DF, ____ de _____ de 20 ____

[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa Vigência do Contrato

Valor total do Contrato*

Valor total dos Contratos R\$ _____

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

ANEXO VI

MINUTA DE CONTRATO

(AQUISIÇÃO COM PRAZO DE ENTREGA INTEGRAL)

Contrato para Aquisição de Bens pelo Distrito Federal no ____/____ - ____, nos termos do Padrão nº 07/2002.

Processo nº _____.

Cláusula Primeira – Das Partes

O Distrito Federal, por meio de _____, representado por _____, na qualidade de _____, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e _____, doravante denominada Contratada, CGC nº _____, com sede em _____, representada por _____, na qualidade de _____.

Cláusula Segunda – Do Procedimento

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de _____ nº _____ (fls. _____), da Proposta de fls. _____ e da Lei nº 8.666 21.06.93, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Federal nº 10.024/2019, regulamentado pelo Decreto Distrital nº 40.205/2019.

Cláusula Terceira – Do Objeto

O Contrato tem por objeto a aquisição de _____, consoante especificação do Edital de _____ nº _____ (fls. _____) e a Proposta de fls. _____, que passam a integrar o presente Termo.

Cláusula Quarta – Da Forma de Fornecimento

A entrega do objeto processar-se-á de forma integral em ____ a contar de ____/____/____ a ____/____/____, conforme especificação contida no Edital, item _____ e na Proposta de fls. _____, facultada sua prorrogação nas hipóteses previstas no § 1º, art. 57 da Lei nº 8.666/93, devidamente justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o Contrato.

Cláusula Quinta – Do Valor

5.1 - O valor total do Contrato é de _____ (_____), devendo a importância de _____ (_____) ser atendida à conta de dotações orçamentárias consignadas no orçamento corrente – Lei Orçamentária nº _____, de _____, enquanto a parcela remanescente será custeada à conta de dotações a serem alocadas no(s) orçamento(s) seguinte(s).

Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

I – Unidade Orçamentária:

II – Programa de Trabalho:

III – Natureza da Despesa:

IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de _____ (_____), conforme Nota de Empenho n o _____, emitida em _____, sob o evento n o _____, na modalidade _____.

Cláusula Sétima – Do Pagamento

7.1 O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até ____ (____) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

7.2 Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

I – Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias (Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa);

II – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei n.º 8.036/90);

III – Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal;

IV – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho (em www.tst.gov.br), em cumprimento à Lei nº 12.440/2011, visando a comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência desde a sua assinatura até _____.

Cláusula Nona – Da garantia

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal:

I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato;

II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e

a) Garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, bem como efetuar a imediata substituição, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após a comunicação da Administração, de qualquer produto entregue, que não esteja de acordo com as especificações ou em relação ao qual, posteriormente, não obstante os testes realizados, venha a se constatar qualquer adulteração ou vício;

b) Zelar e garantir a boa qualidade dos produtos fornecidos à Administração, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes, expedidas pelo poder Público;

c) Cumprir rigorosamente as normas técnicas relacionadas ao transporte dos produtos, responsabilizando-se pela qualidade das embalagens que acondicionam o produto;

d) Responsabilizar-se pelo pagamento de taxas, fretes, seguros, transporte, embalagens e demais encargos decorrentes do fornecimento do objeto deste contrato;

e) Responder por violações a direito de uso de materiais, métodos ou processos de execução protegidos por marcas ou patentes, arcando com indenizações, taxas e/ou comissões que forem devidas;

f) Entregar os produtos observando o seguinte:

g) As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.).

h) As embalagens primárias individuais dos produtos devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da execução do objeto.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5 - Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

11.6 – A Contratada declarará a inexistência de possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Pública.

11.7. É expressamente proibido o uso de mão de obra infantil, nos termos da Lei Distrital nº 5.061 de

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral, bem como investir-se na posse de bens, alienar coisas, promover contratações para conclusão ou aperfeiçoamento de obras ou serviços.

13.1 - Das Espécies

13.1.1 – As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções em conformidade com o Decreto nº 26.851, de 30/05/2006, publicado no DODF nº 103, de 31/05/2006, pg. 05/07, alterado pelos Decretos n.ºs 26.993/2006, de 12/07/2006 e 27.069/2006, de 14/08/2006 e Decreto nº 35.831/2014, de 19/09/2014:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.1.2 - As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.2 - Da Advertência

13.2.1 - A advertência é o aviso por escrito, emitido quando o licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Subsecretaria de Licitações/SEPLAG, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.3 - Da Multa

13.3.1 - A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V- até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.3.2 - A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3o do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.3.3 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.3.4 - O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.3.5 - Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.3.6 - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 13.1.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

13.3.7 - Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 13.3.1.

13.3.8 - A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 13.3.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.4 - Da Suspensão

13.4.1 - A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Licitações, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;

II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

13.4.2 - São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4.3 - A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e no DOU quando se tratar recursos de repasse da União.

13.4.4 - O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

13.5 - Da Declaração de Inidoneidade

13.5.1 - A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.5.2 - A declaração de inidoneidade prevista neste item 13.5 permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.5.3 - A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.6 - Das Demais Penalidades

13.6.1 - As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras Governamentais, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do subitem 13.5;

III - aplicam-se a este subitem as disposições do subitem 13.4.3 e 13.4.4.

13.6.2 - As sanções previstas nos subitens 13.4 e 13.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

13.7 - Do Direito de Defesa

13.7.1 - É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.7.2 - O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.7.3 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Capítulo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.7.4 - Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

13.7.5 - Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.compras.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal - e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal.

13.7.6 - Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 13.2 e 13.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.8 - Do Assentamento em Registros

13.8.1 - Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

13.8.2 - As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

13.9 - Da Sujeição a Perdas e Danos

13.9.1 - Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo **Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste edital**, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

13.10 – Disposições Complementares

13.10.1- As sanções previstas nos subitens 13.2, 13.3 e 13.4 do presente capítulo serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante.

13.10.2 – Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

Cláusula Décima Quarta – Da Rescisão Amigável

14.1. O Contrato poderá ser rescindido amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração, nos termos do art. 79, II, da Lei n.º 8.666/93, mediante manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

14.3. A rescisão amigável será cabível somente quando não houver motivo para a rescisão unilateral e, ao mesmo tempo, for conveniente para a Administração(TCU, Acórdão n.3.567/2017).

14.2. É inexistente qualquer possibilidade de transferência ao Distrito Federal de responsabilidade por encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e/ou previdenciários porventura inadimplidos pela empresa contratada, bem como a inexistência de formação de vínculo empregatício entre os empregados desta e a Administração, nos termos do art. 71, § 1º da Lei nº 8.666/93. (Parecer 016/2015 PRCON/PGDF).

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto nos arts. 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

Cláusula Décima Sétima – Do Executor

O Distrito Federal, por meio de _____, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia ao processo que lhe deu origem, nos termos do art. 60, caput, da Lei 8.666/93.

Cláusula Décima Nona – Do cumprimento aos Decretos 34.031/2012 e 5.448/2015

19.1. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, pelo telefone 0800-6449060 (Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012). (Parecer nº 330/2014-PROCAD/PGDF).

19.2. Nos termos da Lei Distrital nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, é estritamente proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, relativo às hipóteses previstas no art. 1º do mencionado diploma legal, podendo sua utilização ensejar a rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Cláusula Vigésima - Do Foro

Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação.

Brasília, ____ de _____ de 20 ____.

Pelo Distrito Federal: _____

Pela Contratada: _____

ANEXO VII

Pregão Eletrônico nº /20____/SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL

DECRETO DF Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no

art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

SEÇÃO II

Das Espécies de Sanções Administrativas

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

- suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:
- para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).
- para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p.1).
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a

contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p.1).

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

SUBSEÇÃO I

Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

- - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

•

SUBSEÇÃO II

Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

- - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p.6).
- - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p.6).
- - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;
- Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;
- - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p.6).

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

- - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p.1).
- - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado: I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais: (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

- - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

- - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p.7).
- - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p.7).
- - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o for menor, em caso de rescisão contratual; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p.7).

SUBSEÇÃO III

Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

- - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações-SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, se a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p.1).
- - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p.2).
- - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;
- - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando alicitante:
- apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p.2).

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;
- - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p.2).

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

- - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;
- - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

SUBSEÇÃO IV

Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO II

DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedoros do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

-
- - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto
- - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Inciso revogado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p.2).

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

- - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

CAPÍTULO III

DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2) (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o exaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar: (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho; II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

- - o fundamento legal da sanção aplicada;
- - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio www.fazenda.df.gov.br, inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal. (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

CAPÍTULO IV

DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

CAPÍTULO V

DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Brasília, 30 de maio de 2006.

118ª da República e 47ª de Brasília MARIA DE LOURDES ABADIA



Documento assinado eletronicamente por **NATANAEL FELIX DOS SANTOS - Matr.1661701-0, Gerente de Licitações**, em 11/08/2020, às 13:14, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **45106821** código CRC= **1195D450**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Parque Estação Biológica, Ed. Sede da SEAGRI-DF, - Bairro Parque Estação Biológica - Asa Norte - CEP 70770-914 - DF

61 30516396